

Romeu Zema faz aceno público a Flávio Bolsonaro após cobrança de aliados

CAPPELLI - PÁGINA 2

Justiça barra Times Square de SP

Reprodução/Prefeitura de São Paulo



A Justiça de São Paulo suspendeu o projeto Boulevard São João, inspirado na Times Square de Nova Iorque, que previa painéis de LED no cruzamento das avenidas Ipiranga e São João, no Centro. A liminar impede o andamento das obras e exige mais estudos sobre impactos urbanísticos e debate com a Lei Cidade Limpa

PÁGINA 12

Fim da escala 6x1 nas mãos do Senado

PEC deverá ter tramitação mais lenta na Casa, segundo o senador Davi Alcolumbre

CORREIO BASTIDORES (FERNANDO MOLICA) - PÁGINA 7 E PÁGINA 6

Para governo, Alcolumbre agora vai mostrar a cara

Presidente Lula avalia que gora o mandatário do Senado vai revelar se quer atrasar a votação da derrubada da escala 6x1 ou se está disposto, de verdade, a se reaproximar do Palácio do Planalto

TALES FARIA - PÁGINA 4

Tramitação da PEC será mais lenta no Senado

Na reunião com representantes de entidades empresariais, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, prometeu que não irá acelerar a tramitação da PEC do fim da escala 6x1 no Senado.

CORREIO BASTIDORES - PÁGINA 7

Caiado e Flávio têm pacto de não agressão

CORREIO POLÍTICO (RUDOLFO LAGO) - PÁGINA 5

Alesp discute volta das faltas abonadas a servidores

Mobilização pede a aprovação de projeto de lei que restabelece o direito a até seis faltas abonadas por ano para os servidores públicos do estado. O benefício foi extinto em 2021 pela reforma administrativa paulista, na gestão João Dória

PÁGINA 15

Câmara de Osasco faz críticas à Sabesp

PÁGINA 14

VICTOR CORRÊA

O risco invisível do trabalho

PÁGINA 8

FERNANDO MOLICA

Trump e o Comando Amarelo

PÁGINA 4

SP lidera ranking brasileiro de segurança

PÁGINA 16

Lucas Bassi / REDE CÂMARA SP



O colegiado investiga a regularidade fiscal e imobiliária do JCSP

CPI do Jockey escuta empresa mencionada

A companhia é citada em contrato milionário e representante compareceu

PÁGINA 13



CAPPELLI

E-mail: paulo.cappelli@correiodamanha.net.br

com Lucas Gayoso

Instagram: @jornalistapaulocappelli

Zema faz aceno a Flávio Bolsonaro após cobrança de aliados

Pré-candidato à Presidência, Romeu Zema (Novo) fez um aceno público ao concorrente Flávio Bolsonaro (PL) ao afirmar que apoiará o senador numa eventual disputa contra Lula este ano. A declaração ocorre um dia após uma reunião de Zema com aliados, marcada por cobranças sobre as críticas feitas pelo ex-governador de Minas Gerais a Flávio após a revelação das mensagens trocadas com o banqueiro Daniel Vercaro.

Segundo relatos feitos à coluna, pré-candidatos do Novo à Câmara dos Deputados argumentaram que o embate de Zema com Flávio prejudica os planos do grupo, que tem convergência com pautas bolsonaristas e busca atrair esse eleitorado. Integrantes do partido defenderam que o governador evitasse novos desgastes com o núcleo ligado ao ex-presidente Jair Bolsonaro.

A reunião foi tensa e con-

tou com discussões acaloradas. O advogado Jeffrey Chiquini, que atua na defesa de Filipe Martins, ex-assessor de Bolsonaro, chegou a apontar o dedo para o rosto de Zema durante a conversa.

Menos de 24 horas após o encontro, Zema divulgou um vídeo declarando que apoiará qualquer candidato da direita em um eventual segundo turno contra o presidente Lula (PT).

“A minha prioridade absoluta este ano é tirar o PT de Brasília, como eu já fiz em Minas. Vocês conhecem a minha posição no caso envolvendo o Flávio também. Mas que fique claro: eu vou seguir trabalhando até o fim do segundo turno para vencer Lula nessas eleições”, declarou.

Em seguida, o governador citou diretamente Flávio ao falar sobre os possíveis candidatos do campo conservador. “Caso não seja eu, seja o Flávio, Caiado ou qualquer outro, eles terão meu total apoio contra o PT”, completou.



Zema diz que apoiara Flávio em um eventual segundo turno

Zema também tentou reforçar um discurso de unidade entre os possíveis presidenciais da direita. “Assim como tenho certeza de que eles também estarão comigo caso eu seja o candidato escolhido pelo povo”, disse.



Nos bastidores, aliados do Novo avaliam que a declaração representa um gesto de distensão com o bolsonarismo e reduz a possibilidade de novos ataques públicos de Zema contra Flávio Bolsonaro.

Reprodução



Série retrata julgamento e acusações contra Michael

Fãs de Michael Jackson ameaçam Netflix de boicote em massa

Fãs de Michael Jackson iniciaram uma campanha de boicote contra a Netflix após o anúncio da série documental “Michael Jackson – O Veredito”. Publicações nas redes sociais incentivam usuários a cancelar assinaturas da plataforma e aderir a um abaixo-assinado contra o lançamento da produção.

A Netflix vai lançar no próximo dia 3 de junho a produção em três partes sobre o julgamento do cantor em 2005. O documentário aborda as acusações de abuso sexual enfrentadas pelo artista e os desdobramentos do caso que terminou com a absolvição de Jackson.

Os fãs do artista acusam a produção de tratar o tema com sensacionalismo e passaram a mobilizar uma campanha contra o documentário nas redes sociais. Um dos posts que viralizaram nos últimos dias afirma que a petição contra a série já ultrapassou 32 mil assinaturas em menos de 48 horas.

A publicação também pede que os seguidores compartilhem o conteúdo, expliquem o motivo do cancelamento da assinatura e “façam sua voz ser ouvida”. “Não é sobre idolatria. É sobre justiça, verdade e respeito à memória de alguém que passou a vida inteira sendo perseguido pela mídia”, diz a legenda da postagem.

Nos comentários, usuários reforçaram o chamado ao boicote. “Se lançarem, vou cancelar a assinatura e dane-se”, escreveu Rodrigo Teaser, um dos mais populares imitadores do artista no mundo.

Michael Jackson morreu em 2009, aos 50 anos. O cantor sempre negou as acusações enquanto esteve vivo, e sua família e fãs frequentemente contestam produções que abordam o tema.

Michelle Bolsonaro aciona STF contra Janones por falas sobre Caso Master

Isac Nóbrega/PR

A ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro apresentou uma queixa-crime no Supremo Tribunal Federal (STF) contra o deputado federal André Janones (Rede). A ação foi motivada por declarações feitas pelo parlamentar nas redes sociais sobre um suposto envolvimento de Michelle com o banqueiro Daniel Vercaro no Caso Master.

Na ação, Michelle pede a condenação de Janones pelos crimes de calúnia, difamação e injúria, além do pagamento de indenização mínima de R\$ 20 mil por danos morais. A petição cita um vídeo publicado pelo deputado no X/Twitter e no Instagram em 16 de maio.

Na gravação, Janones afirmou que Michelle “figurará nos próximos dias como uma das beneficiárias do dinheiro roubado pela família Bolsonaro junto ao Vercaro”. Segundo a defesa da ex-primeira-dama, o parlamentar fez acusações sem apresentar provas e associou Michelle a supostos crimes investigados no Caso Master. “O conteúdo extrapola, de

modo evidente, os limites da crítica política e da liberdade de expressão, pois atribui à querelante não só o beneficiamento a suposto produto de crime, como a sua atuação, enquanto integrante da família Bolsonaro, na obtenção de valores tidos como roubados pelo banqueiro Daniel Vercaro”, afirmam os advogados.

A defesa sustenta ainda que Janones vinculou Michelle a “práticas criminosas graves, sem indicação de prova, sem demonstração de lastro mínimo e em termos categóricos”.

Na peça, os advogados afirmam que a fala do deputado teve “aptidão para associar a querelante à prática e ao benefício de crimes patrimoniais, crimes contra a Administração Pública e diversos outros ilícitos penais relacionados à obtenção, desvio, apropriação ou recebimento de valores de origem criminosa”.

Imunidade parlamentar

Os defensores também argumentam que Michelle não é investigada no caso envolvendo Vercaro



Michelle pede a condenação e pagamento de R\$ 20 mil

ro e que a publicação ultrapassou os limites da imunidade parlamentar.

“A garantia constitucional da imunidade parlamentar, além de inaplicável ao presente caso sob a ótica do contexto em que proferida, também não pode ser utilizada ‘como verdadeiro escudo protetivo para a prática de atividades

ilícitas”, diz a petição, citando precedente do STF.

Os advogados afirmam ainda que a repercussão das declarações foi ampliada pelo alcance das redes sociais do deputado. Além da condenação criminal, Michelle pede que o STF fixe indenização mínima de R\$ 20 mil.

Couto se reúne com prefeitos para ouvir demandas dos municípios fluminenses



MAGNAVITA

claudio.magnavita@gmail.com

@colunamagnavita

Fotos Eliane Carvalho

O governador em exercício, desembargador Ricardo Couto, promoveu uma reunião com prefeitos, nesta quarta-feira (27), no Palácio Guanabara, e ouviu uma lista extensa de pedidos para retomada de obras. O governador foi categórico e disse que pretende atender “o que for possível nesta gestão”, mas pediu compreensão diante do cenário financeiro do estado. A expectativa é de melhora gradual das contas públicas até o próximo ano.

O encontro reuniu prefeitos e representantes das cidades de Paraty, Rio Claro, Vassouras, Barra do Piraí, Rio das Flores, Miracema, São João de Meriti, Paty do Alferes, São José do Vale do Rio Preto, Quissamã e Areal.

Durante reunião com prefeitos, o Couto reforçou que o Governo do Estado irá priorizar as principais necessidades dos municípios na distribuição de recursos e investimentos. A proposta é garantir equilíbrio entre as 92 cidades fluminenses, com foco em critérios técnicos, demandas regionais e melhoria dos serviços prestados à população.

Redução de secretarias

O governador em exercício disse aos prefeitos de 11 municípios que estuda uma redução no número de secretarias estaduais. Hoje, o Rio tem 32 pastas. Na reunião, comparou a estrutura fluminense às de São Paulo e Minas Gerais, que funcionam com cerca de metade de pastas.

A nova equipe econômica do Palácio Guanabara trabalha com a meta de fechar o ano “mais robusta financeiramente”. O governador afirmou que a prioridade agora é tirar o estado do negativo ainda este ano para entrar em 2027 com as contas equilibradas e, assim, ampliar a capacidade de investimento nos municípios.

Propag

Em conversa com os prefeitos, o governador revelou ainda detalhes da reunião recente com o presidente Luiz Iná-



Reunião do governador em exercício, desembargador Ricardo Couto, com os prefeitos, aconteceu no Palácio Guanabara



Prefeita de Miracema, Alessandra Freire explanou sobre as melhorias na cidade



Couto ressaltou que reequilibrando as contas do Estado, terá mais poder de ajuda aos municípios



Gutinho Bernardes pontuou as demandas para Areal

O governador em exercício, desembargador Ricardo Couto, com o prefeito Marcelo Batista, de Quissamã; vice-prefeita Guta Monteiro, de Rio Claro; prefeito Zé Carlos do Mariano, de São José do Vale do Rio Preto; prefeito Rodrigo Cibalena, de Rio das Flores; prefeito Gutinho Bernardes, de Areal; prefeito Dr. Julinho Juju, de Paty do Alferes; prefeita Katia Miki, de Barra do Piraí; prefeita Alessandra Freire, de Miracema; prefeita Rosi Silva, de Vassouras; prefeito Leonardo Vieira, de São João de Meriti; e prefeito José Carlos Neto, de Paraty



A vice-prefeita Guta Monteiro representou o prefeito de Rio Claro, Babton Biondi



Desembargador Ricardo Couto ladeado pela Prefeita de Vassouras, Rosi Silva, e pelo secretário Rubens Andrade

cio Lula da Silva sobre o Propag. Segundo ele, Lula afirmou que o Governo Federal está disposto a ajudar o Rio de Janeiro e que não pretende politizar o programa.

Manguinhos

A Refinaria de Manguinhos entrou no discurso econômico do governador durante encontro com prefeitos. Ao de-

fender novas fontes de arrecadação para o estado, voltou a mencionar a possibilidade de desapropriações para atrair empresas e arrecadação tributária.



O presidente da Alerj e pré-candidato ao Governo do Estado, deputado Douglas Ruas, esteve nesta quarta-feira (27) na região do Médio Paraíba, onde cumpriu uma série de agendas com lideranças, moradores e representantes do setor econômico. Ao longo do dia, participou de reuniões em Resende (foto), Porto Real e Quatis, ampliando seu apoio na região e debatendo medidas de desenvolvimento para as cidades



A presidente da OAB-RJ, Ana Tereza Basílio, participou nesta terça-feira (26) de reunião com o presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, desembargador Roque Lucarelli, e com o novo presidente da Cedae, Rafael Rolim, para discutir os processos trabalhistas pendentes da companhia. O encontro teve como foco definir a forma de pagamento dos precatórios trabalhistas da estatal

TRE-RJ inaugurará Sala da Advocacia no Palácio da Democracia

TRE-RJ

O presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, desembargador Claudio de Mello Tavares, inaugurará, nesta quinta-feira (28), a Sala da Advocacia, localizada no 2º andar do Palácio da Democracia, sede do TRE-RJ. O novo espaço oferecerá estrutura de trabalho à advocacia eleitoral para sessões e acompanhamento processual no PJe. O evento contará com a presença da presidente da seccional Rio de Janeiro da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-RJ), Ana Teresa Basílio.



A Sala da Advocacia do TRE-RJ estará localizada no segundo andar do Palácio da Democracia

Tales Faria

Governo festeja a hora de Davi Alcolumbre a mostrar a cara

Aprovada na Câmara a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da derrubada da escala semanal de seis dias de trabalho por um de folga (6x1), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) avalia que está chegando a hora de o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), se expor.

Até agora Alcolumbre tem feito acenos para um lado e para o outro. Ora diz a interlocutores que não será empecilho à aprovação da matéria, ora se reúne com empresários e opositores à PEC na tese de que é preciso uma discussão “mais aprofundada”.

Em termos objetivos, a discussão “mais aprofundada” significa deixar o assunto para ser votado depois das eleições. Passado o poder de convencimento das urnas, o chamado “povão” perderia espaço de pressão e os políticos conservadores ganhariam coragem para votar contra a derrubada da proposta.

O medo das urnas é que fez com que, na Comissão Especial da Câmara, todos os partidos encaminhassem oficialmente pelo voto a favor da derrubada.

Àquela altura, já era público e notório que, pelo menos dois partidos, o Novo e o PL, trabalhavam intensamente para atrapalhar a votação, atrasando-a ao máximo.

Mas, na hora “H”, o PL deu uma guinada e passou a defender desde uma proposta mais radical de diminuição da carga horária – a escala de quatro dias de trabalho na semana por três de folga –, até que não houvesse tempo de transição para implantação da nova escala. Apenas quatro deputados desses dois partidos acabaram se expondo e votan-

do contra a derrubada da 6x1: três do PL e um do Novo. O resultado foi uma goleada: 34 a quatro.

Enfim, tudo agora se resume ao tempo. Os estrategistas pela aprovação da PEC querem apressar a tramitação e votar o texto final no Congresso (Câmara e Senado) antes das eleições de outubro. Já os estrategistas contrários ao texto querem retardar para após a abertura das urnas.

O presidente do Senado irá expor de fato sua posição ao decidir por uma tramitação do projeto na Casa mais rápida ou mais lenta.

Há dentro do governo duas posições opostas sobre o tratamento que deve ser dado a Alcolumbre nesse momento.

Uma parcela dos auxiliares do presidente defende que o senador estará mais aberto a uma aproximação com o governo neste momento e, portanto, Lula deveria estender-lhe a mão. Isso desanuvriaria o clima entre o Palácio do Planalto e o Senado, o que ajudará na aprovação de temas de interesse do governo até o final do ano.

O clima entre Lula e Davi Alcolumbre ficou pesado desde que o presidente do Senado comandou a derrubada da indicação do advogado-geral da União, Jorge Messias, para ministro do Supremo Tribunal Federal (STF).

Outra parcela dos governistas avalia que não adianta tentar se reaproximar de Alcolumbre. Seria “da natureza” do presidente do Senado morder a as-soprar o governo, esticando ao máximo a corda para arrancar benesses e espaço na máquina pública.

Na verdade, nenhum dos dois grupos sabe qual posição Lula acabará assumindo.

Fernando Molica

Trump e o Comando Amarelo

Ainda bem que, para alguns radicais, Donald Trump não estava no poder em 2022 e 2023: ele poderia ter mandado invadir o Brasil para reprimir as organizações terroristas que tentaram explodir um caminhão-tanque no aeroporto de Brasília e planejavam assassinar Lula, Geraldo Alckmin e Alexandre de Moraes. O ataque às sedes dos poderes também poderia ser classificado de terrorista.

Em qualquer um desses casos, bastaria a Casa Branca alegar que os atentados ameaçaram empresas ou cidadãos de seu país para despachar os marines para cá. Motivos não faltariam: a embaixada do Estados Unidos fica a 1.500 metros da Praça dos Três Poderes, pertinho do foco da intentona de 8 de Janeiro; no aeroporto da capital funcionam empresas de origem norte-americana, certamente havia contrerrâneos de Trump nos terminais na hora da explosão abortada.

Com base em suas posições, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) sequer poderia reclamar caso o Departamento de Estado afirmasse que a intervenção no Brasil fora para desbaratar uma organização que poderia, digamos, ser chamada de Comando Amarelo (os EUA alegaram que invadiram a Venezuela para eliminar um tal de Cartel de Los Soles e, depois, admitiram que tal grupo não existia).

O pré-candidato à Presidência cumpre seu papel de integrante da oposição ao reclamar da política de segurança pública do governo federal, alegar que há frouxidão no combate a organizações criminosas e prometer novas formas de enfrentamento. Mas, ao pedir que Trump classifique o PCC e CV de organizações terroristas, ele estendeu o tapete vermelho para uma invasão norte-americana ao

nosso país. E olha que, ao tomar posse como senador, ele prometeu “sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil”.

O PCC e o CV são organizações poderosas, cometem muitos crimes graves, matam, roubam, traficam. Como demonstram investigações recentes, além de infernizarem a vida de milhões de cidadãos, infiltraram-se em instituições públicas e privadas, atuam no Legislativo, no Judiciário, no Executivo, na distribuição de combustíveis, no mercado financeiro.

Mas, até prova em contrário, querem ganhar dinheiro, não cultivam objetivos políticos e ideológicos. Para esses criminosos, pouco importa se um governo é de direita ou de esquerda, desde que continuem a lucrar. No limite, podem representar uma ameaça ao Estado de Direito, com ocorreu na Colômbia e periga acontecer no México: o domínio territorial que exercem em partes do país é grave e não deveria ser admitido. Assim como o país tem reprimir as milícias que, nascidas nos intestinos do aparelho do Estado, também representam um risco às instituições.

Controlar esses grupos que crescem graças a parcerias público-privadas é obrigação de governantes e demais políticos de todas as esferas, mas o problema é nosso, não dos Estados Unidos ou de qualquer outro país. Temos que cuidar de nossos problemas, caso contrário, não seremos dignos de constituirmos um país. Vale lembrar que, em uma invasão, haveria a possibilidade de militares norte-americanos chegarem na Faria Lima — segundo a Polícia Federal, por lá transita boa parte do dinheiro dos cartéis brasileiros.

EDITORIAL

Os perigos de deixar IR para os últimos dias

Todos os anos, a cena se repete: milhões de brasileiros deixam para os últimos dias o envio da declaração do Imposto de Renda, transformando uma obrigação previsível em uma corrida contra o tempo. O hábito de adiar o preenchimento não é apenas um problema de organização pessoal. Ele revela uma cultura de procrastinação que, no caso do Fisco, pode custar caro ao contribuinte.

A proximidade do prazo final costuma provocar congestionamentos nos sistemas da Receita Federal, aumento da ansiedade e uma sucessão de erros cometidos às pressas. Informações omitidas, recibos não conferidos, dados bancários incorretos e divergências entre rendimentos declarados por empresas e contribuintes tornam-se mais frequentes quando a declaração é feita sem planejamento. O resultado pode ser devastador: a tão temida malha fina.

Cair na malha fina não significa, necessariamente, fraude. Muitas vezes, trata-se apenas de inconsistências que poderiam ser evitadas com revisão cuidadosa. Ainda assim, as consequências são desgastantes. O contribuinte pode ter a restituição retida, precisar apresentar documentos comprobatórios e enfrentar meses — ou até anos — de pendências burocráticas. Em casos mais graves, há cobrança de multas e juros, além do risco de responder por sonegação fiscal.

O problema é agravado pela falsa sensação de simplicidade proporcionada pelos programas digitais de preenchimento. Embora a tecnologia tenha facilitado parte do processo, ela não elimina a responsabilidade do cidadão de conferir cada informação enviada. O cruzamento eletrônico de dados realizado pela Receita é cada vez mais sofisticado. Hoje, despesas médicas, movimentações bancárias, aplicações financeiras e rendimentos diversos são rapidamente comparados com informações prestadas por empresas, bancos e prestadores de serviço. Pequenas diferenças já bastam para acionar os mecanismos de fiscalização.

Adiar a declaração também compromete a própria educação financeira do contribuinte. Organizar documentos ao longo do ano, guardar comprovantes e acompanhar receitas e despesas deveria ser parte da rotina de qualquer cidadão. Quando tudo é deixado para a última hora, prevalecem o improviso e a desinformação.

Mais do que evitar multas, entregar a declaração com antecedência representa um exercício de responsabilidade. Planejamento reduz erros, diminui o estresse e garante tempo para corrigir eventuais inconsistências antes do prazo final. Em um país onde a burocracia já consome energia demais da população, insistir na cultura do “depois eu faço” é abrir espaço para problemas que poderiam ser facilmente evitados

Opinião do leitor

Ganso

O cerebral meia Paulo Henrique Ganso não joga mais pelo Fluminense. Analisa proposta de outro clube, ainda não revelado. Feliz da equipe que dispõe das qualidades técnicas de Ganso. Deixa o Fluminense de cabeça erguida. Respeitado e admirado. Merece ser feliz no novo clube.

Vicente Limongi Netto
Brasília - Distrito Federal

Correio da Manhã

Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) • Paulo Bittencourt (1929-1963) • Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Cláudio Magnavita (Publisher)
claudio.magnavita@gmail.com

Redação: Gabriela Gallo, Ivo Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil
Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação), Anderson Sã e Thiago Ladeira

Telefones: (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872
Whatsapp: (21) 97948-0452

Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Mello Neto 850 Bloco 2 Conj. 520
Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057

Brasília: ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Núcleo Bandeirantes
Brasília - DF CEP 71736-20

São Paulo: Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317, Água Branca - São Paulo-SP - CEP 05001-200
Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51, Centro - Campinas-SP, CEP 13010-132

www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.

CORREIO POLÍTICO

Rudolfo Lago/Correio da Manhã



O que querem Kassab e Caiado é que haja segundo turno

Caiado e Flávio têm pacto de não agressão. Saiba por quê

O Correio Político participou de entrevista com o candidato do PSD à Presidência, Ronaldo Caiado, ao programa Direto de Brasília, do jornalista Magno Martins. E perguntou diretamente a Caiado: “O senhor se posicionou de maneira geral sobre a crise do Banco Master. Mas nada disse exatamente sobre o envolvimento de Flávio Bolsonaro e suas explicações. Qual, então, a sua avaliação sobre isso?” Caiado saiu pela tangente. Embora tenha admitido que o episódio desgasta Flávio, o candidato do PL, disse que não faria juízo de valor e que a Flávio é que caberia dar explicações a seus eleitores. Caiado deixou claro uma espécie de pacto de não agressão com Flávio. E há razões políticas e eleitorais para isso.

Acordo de apoio mútuo

“Esse é um momento que requer muita habilidade para chegar ao segundo turno sem prejudicar o acordo que temos”, respondeu Caiado. E qual seria esse acordo? Entre os candidatos da centro-direita, disse Caiado, estabelece um compromisso de apoio a quem deles chegar ao segundo turno. Então, claramente Caiado evita ataques diretos a Flávio Bolsonaro. Flávio hoje é quem está mais próximo no campo conservador do segundo turno.

Andressa Anholete / Agência Senado



Votos perdidos de Flávio podem ajudar Lula

O que se quer é segundo turno

O que Caiado não diz claramente, mas apurou o Correio Político, é que esse pacto de não agressão hoje tem principalmente o propósito de garantir que Lula não venha a vencer a eleição no primeiro turno. A leitura das pesquisas que foram divulgadas na semana passada e nesta semana após o caso Flávio/Master apontariam que boa parte da queda de Flávio não se reverteu em votos para Lula. Nem para os demais candidatos na disputa. Aumentou o número de indecisos. E isso, no fundo, acaba também por beneficiar Lula, que lidera a corrida eleitoral.

Eleição só conta votos válidos

Um número maior de indecisos ajuda Lula por uma razão. O sistema eleitoral brasileiro só contabiliza os votos válidos. Se em outubro o número de votos em Flávio Bolsonaro cair e esses votos não forem para outros candidatos, forem nulos ou em branco, o universo de eleitores diminui. Se Lula mantiver seus votos, o percentual total dele aumenta.

POR
RUDOLFO LAGO

11 pontos

Tomando-se a pesquisa Datafolha da semana passada, Lula aparece com 40% no primeiro turno. Para já ser eleito, precisaria subir 11 pontos. Difícil que ele cresça isso somando novos eleitores. Mas pode conseguir se o universo de votantes diminuir. Lula abriu uma vantagem de nove pontos sobre Flávio, com 31%.

“É o que quer”

Na entrevista, Caiado disse que “tudo o que Lula quer” é que ele ataque Flávio Bolsonaro. Então, ele não faria isso. O problema de Caiado: o compromisso de vir a apoiar Flávio no segundo turno é mais dele do que propriamente do seu partido, o PSD, e do seu comandante, Gilberto Kassab.

Kassab

Kassab tem permitido a Caiado bater forte em Lula. Mas ele próprio não faz isso. Ele sabe que parte de seu partido tem compromisso com Lula e não muda nem mesmo para apoiar Caiado no primeiro turno. Para pegar só um caso, isso já foi claramente declarado pelo senador Otto Alencar na Bahia.

Segundo turno

Por razões diversas, no entanto, todos desejam que venha a acontecer o segundo turno. Caiado pelo declarado pacto de centro-direita para derrotar Lula. E Kassab e parte do PSD é porque somente assim teriam cacife para negociar apoio. Se Lula vier a ser capaz de liquidar a fatura no primeiro turno, fará isso sem precisar da ajuda do PSD.

Zema

Ao contrário de Caiado, o candidato do Novo, Romeu Zema, partiu para o ataque sobre Flávio. A avaliação no PSD é que ele pode ser mais “guerrilheiro”. Pertence a um partido menor. Não tem os compromissos do PSD com candidaturas a governador e o Parlamento. Mas agora ensaia uma aproximação.

Planos

Outra razão de o PSD adotar tom mais cauteloso é a sua estratégia nos estados, onde trabalha para ampliar alianças para todos os lados possíveis. O PSD tem hoje 49 deputados. Planeja eleger 75. E considera que tem hoje pelo menos dez candidatos a governador com chances reais. Não seria hora de marola.



Flávio reuniu-se por 30 minutos com Marco Rubio

Flávio amplia contatos com equipe de Trump

Senador esteve com vice e secretário de Estado

Por Rudolfo Lago

Um dia depois de ter se encontrado e posado para foto no Salão Oval com o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, o senador Flávio Bolsonaro (RJ), candidato do PL à Presidência, encontrou-se em Washington com o vice-presidente norte-americano, J.D. Vance, e com o secretário de Estado, Marco Rubio.

Cargo que não existe no Brasil, o Secretário de Estado é o ministro mais importante do governo dos EUA. Reúne funções de chanceler (ministro de Relações Exteriores) com articulação política.

O encontro amplia a rede de apoio a Flávio no governo dos EUA. Como mostrou o Correio Político, a aproximação com os Estados Unidos é classificada como um trunfo para a campanha de Flávio pela proximidade ideológica que o candidato tem com o segmento de direita, que é o mesmo de Trump. Os encontros teriam esse significado de apoio político à sua candidatura.

PCC e CV

No encontro com Marco Rubio, Flávio ampliou a conversa que teve com Trump. Novamente, ele discutiu a possibilidade de os EUA enquadrarem facções criminosas, como o PCC e o Comando Vermelho, como terroristas.

Algo que vai na linha con-

trária do que defende o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que alega que isso seria um risco à soberania brasileira. O enquadramento como terrorismo justificaria a possibilidade de uma intervenção dos EUA no país caso considere que a situação põe o país hoje governador por Trump em perigo.

Flávio Bolsonaro afirmou que Rubio mostrou-se favorável à medida. Flávio disse, porém, que tal classificação não teria avançado porque Trump teria considerado um pedido de Lula para que a mudança não acontecesse durante o seu governo. Segundo Flávio, o encontro com Rubio durou cerca de 30 minutos.

Já a reunião com J.D. Vance, segundo o senador, girou em torno das eventuais restrições à liberdade de expressão no Brasil.

Flávio Bolsonaro visitou ainda o Departamento de Estado norte-americano, onde conversou com o vice-secretário Christopher Landau e com o conselheiro para Assuntos Brasileiros, Darren Beattie. Ele é o assessor de Trump que teve o visto no Brasil negado numa medida de reciprocidade pelos Estados Unidos terem negado o visto do ministro da Saúde, Alexandre Padilha. Em março, Beattie viria ao Brasil para participar de um evento sobre minerais críticos e terras raras e para visitar o ex-presidente Jair Bolsonaro, em prisão domiciliar em Brasília.

PEC do fim da escala 6X1 agora só depende do Senado

Ao Correio, analistas avaliam mudança de discurso da oposição

Por Gabriela Gallo

O fim da jornada de trabalho na escala 6X1 (em que o empregado trabalha seis dias da semana e descansa somente um) agora depende do Senado Federal. O plenário da Câmara dos Deputados aprovou, nesta quarta-feira (27), o substitutivo da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 221/2019 que determina a redução da jornada de trabalho de 44 horas semanais para 40 horas semanais e o fim da jornada de trabalho na escala 6X1 para a escala 5x2, sem redução salarial. O texto foi aprovado em primeiro turno por 472 votos favoráveis e somente 22 votos contrários.

Durante a sessão, o plenário aprovou a quebra de interstício, ou seja, dispensou o prazo de duas sessões entre a aprovação na comissão especial e a análise pelo plenário. Previamente no mesmo dia, a comissão especial da Câmara que analisa a PEC do fim da escala 6X1 aprovou o relatório final por 34 votos favoráveis e quatro votos contrários, sem nenhuma abstenção. Contudo, antes mesmo da comissão especial começar a votação do tema, o presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), já tinha incluído a pauta para ser apreciada na Ordem do Dia.

Oposição

Após um longo tempo criticando a redução da jornada de trabalho e manifestando preocupação com os impactos financeiros das mudanças, além de defender que o ideal seria a negociação entre empregado e patrão, parlamentares da oposição governista mudaram o discurso no dia da votação e passaram a se manifestar favoráveis à medida. Chegaram a defender uma mudança ainda maior: a adoção da jornada 4X3, quatro dias de trabalho e três de folga.

Ao Correio da Manhã, a especialista em Relações Governamentais e Legislativo da BMJ Consultores Associados Gabriela Santana identificou dois fatores principais que “costumam influenciar uma mudança de posicionamento” em situações similares.

“O primeiro é o cenário de opinião pública. A pauta da redução de jornada e do fim da escala 6x1 apresenta níveis elevados de aprovação em pesquisas, o que aumenta o custo político de posições contrárias em um contexto pré-eleitoral. O segundo é a dinâmica de apresentação de destaques mais amplos, como o anúncio do líder do PL na Câmara, deputado Sóstenes Cavalcante [R], que apresentaria des-



Bruno Spada/Câmara dos Deputados

Oposição muda de posição e PEC é aprovada com facilidade

taque pela escala 4x3”. A analista explica que a mudança de posição poderia ser uma manobra, e os governistas desconfiaram mesmo disso. “Movimentos desse tipo podem ter efeitos legislativos diversos, que vão da dificuldade de construção de consenso na votação ao deslocamento do ônus político para o governo de eventual rejeição”, afirmou Santana.

A reportagem ainda conversou com o advogado especialista em direito trabalhista e sócio do escritório Murayama, Affonso

Ferreira e Mota Advogados Cid de Camargo Júnior. Ele lembrou que, inicialmente, parte significativa da oposição criticava a proposta sob fundamentos econômicos. Dentre os principais argumentos sustentados pela oposição estão: aumento do custo da mão de obra, risco de inflação, redução da competitividade, impacto negativo sobre pequenas e médias empresas, e potencial retração na geração de empregos formais.

“A pauta do fim da escala 6x1

passou a ganhar ampla adesão popular, sobretudo entre trabalhadores urbanos, jovens e categorias ligadas ao setor de serviços. Ademais, temas relacionados à saúde mental, burnout, equilíbrio entre vida profissional e pessoal e qualidade de vida passaram a ocupar posição central no debate público pós-pandemia. Nesse cenário, a mudança de posicionamento político revela, em parte, adaptação estratégica à opinião pública. Ser contrário à proposta poderia gerar desgaste eleitoral”.

Marques pede análise sobre Bolsonaro

Por Beatriz Matos

A decisão do ministro Kassio Nunes Marques de conceder 20 dias para que a Procuradoria-Geral da República (PGR) se manifeste sobre o pedido de revisão criminal apresentado pela defesa de Jair Bolsonaro (PL) reacendeu o debate jurídico e político em torno da condenação do ex-presidente no processo da trama golpista.

A medida, assinada nesta quarta-feira (27), não altera a condenação nem representa qualquer reversão imediata da pena, mas mantém o caso em tramitação dentro do Supremo Tribunal Federal (STF), de acordo com a advogada criminalista Letícia Moreira, ouvida pelo Correio da Manhã.

Bolsonaro foi condenado a 27 anos e três meses de prisão pela Primeira Turma do STF.

No recurso protocolado no último dia 8, a defesa sustenta que houve “erro judiciário”

e questiona pontos centrais do processo, como a validade da delação do ex-ajudante de ordens Mauro Cid, a tramitação do caso na Primeira Turma e o acesso às provas da investigação.

Na decisão, Nunes Marques afirma que, diante da “complexidade do feito”, decidiu ampliar de dez para 20 dias o prazo para manifestação da PGR.

A revisão criminal será analisada pela Segunda Turma do Supremo, composta pelos ministros André Mendonça, Gilmar Mendes, Dias Toffoli, Luiz Fux e o próprio Nunes Marques.

Abriu análise

Para Letícia Moreira, o despacho indica que o pedido superou uma análise inicial do relator e seguirá para apreciação jurídica mais aprofundada.

“A decisão do ministro Kassio Nunes Marques significa que o pedido de revisão criminal da defesa de Jair Bolsonaro não foi rejeitado de imediato e seguirá para

análise inicial no STF”, afirma.

Segundo ela, isso demonstra que o Supremo entendeu que a ação possui “requisitos mínimos para tramitar”, antes da análise de mérito.

A criminalista pondera, no entanto, que os argumentos da defesa têm alcance jurídico limitado.

“A alegação de erro judiciário exige prova de ilegalidade grave na condenação, e não apenas discordância sobre as provas”, explica. Ela acrescenta que revisões criminais no STF costumam prosperar apenas em situações excepcionais, como prova nova relevante, nulidade grave ou comprovação de fraude processual.

Além do aspecto jurídico, a movimentação tem impacto político direto sobre a narrativa construída pelo bolsonarismo nos últimos anos. Para o cientista político Rodrigo Prando, a abertura da revisão criminal reforça o discurso de perseguição utilizado pelos aliados do ex-presidente.



Marcelo Camargo/Agência Brasil

Nunes Marques deu 20 dias de prazo à PGR

CORREIO BASTIDORES

POR
FERNANDO MOLICA

Pedro Gontijo / Agência Senado



Empresários querem votação depois das eleições

Alcolumbre promete tramitação lenta de PEC

Na reunião com representantes de entidades empresariais, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), prometeu que, diferentemente do que ocorreu na Câmara, não irá acelerar a tramitação da proposta de emenda constitucional que acaba com a escala de seis dias trabalhados por um de folga.

O compromisso atende a expectativas de empresários, que querem ganhar tempo para impedir que a proposta seja votada antes das eleições de outubro.

Isso, para evitar o voto favorável à mudança na escala por parte de integrantes do Centrão e da direita, que temem ficar contra o projeto bancado pela esquerda e acabarem punidos por eleitores.

Segundo semestre

Presidente da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel), Paulo Solmuci diz que Alcolumbre afirmou que não fará nada de forma “açodada”.

A exemplo do que ocorreu na Câmara, criará uma comissão especial para analisar a PEC, mas não repetirá o esquema de promover mais de uma sessão por dia (serão 40 sessões). Como o recesso do Congresso começa no dia 18, a votação ficaria para o segundo semestre.

Lula Marques / Agência Brasil



Comissão da Câmara aprovou o fim da seis por um

Idas e vindas

Caso os senadores mudem o texto da Câmara, a proposta terá que voltar a ser examinada pelos deputados. As idas e vindas tendem a impedir a aprovação final da PEC antes de outubro, mês das eleições. O Congresso sempre fica esvaziado no segundo semestre de anos eleitorais. De acordo com Solmuci, Alcolumbre ficou impressionado com os relatos sobre o aumento de custos que seria gerado pelo fim obrigatório da jornada de seis por um. Avaliou, então, que seria muito complicado decidir algo tão complexo com a mesma rapidez da Câmara.

Jornada muda, escala fica

Parte dos empresários presente à reunião com o presidente do Senado apoia uma alternativa à PEC: a manutenção da possibilidade da escala seis por um, mas uma redução gradual na jornada de trabalho. Esta, passaria, em um prazo de cinco anos, de 44 horas para 40 horas semanais. Segundo Solmuci, o custo dessa diminuição seria absorvido por um aumento na produtividade.

Mistura

Ele diz que o governo, de forma proposital, misturou questões diferentes ao atrelar a redução da jornada à interdição legal do esquema seis por um. Apesar de admitir a diminuição de horas trabalhadas, ele frisa que a adoção obrigatória do esquema cinco por dois é inviável e comprometeria diversos setores.

Negociação

Segundo o presidente da Abrasel, dois terços das empresas brasileiras já adotam a escala cinco por dois. Uma ampliação, ressalta, poderia ser feita em algumas categorias, mas de forma negociada. Em muitos casos, afirma, isso não seria possível: afetaria serviços essenciais e quebraria prefeituras.

Tempo ao tempo

Líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante (PL) trata de evitar comentários públicos sobre a provável retirada da candidatura do ex-governador Cláudio Castro a uma vaga de senador pelo Rio. “Não é hora de falar sobre isso. Deixa a política ditar o ritmo”, escreveu para o Correio Bastidores.

Ameaça

Fogo no parquinho de candidaturas de direita. As críticas de Romeu Zema (Novo) a Flávio Bolsonaro (PL) por suas conversas com Daniel Vercara, do Master, geraram problemas no partido do ex-governador de Minas Gerais. Em alguns estados, o PL fala até mesmo em romper alianças anteriormente acertadas com políticos do Novo.

Teto baixo

O projeto das deputadas Fernanda Melchionna (Psol) e Heloísa Helena (Rede) que estabelece teto de juros que o Banco do Brasil e a Caixa podem cobrar em empréstimos consignados é menos radical que um mandamento da Constituição que vigorou até 2003. Um parágrafo fixava os juros reais em até 12%.

Teto furado

A proposta foi do deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP). Apesar da oposição de economistas de esquerda e de direita, a emenda acabou aprovada por um placar dilatado: 314 votos contra 112. Apesar de ter virado norma constitucional, o parágrafo, incluído no artigo 192, nunca foi aplicado.



Caiado e Zema terão nova reunião em dez dias

Caiado e Zema ensaiam união política

Estacionados nas pesquisas, candidatos do PSD e do Novo têm reunião para discutir aliança

Beatriz Matos

A direita brasileira começou a assistir, nos bastidores, a um novo movimento de reorganização para a disputa presidencial de 2026.

Depois de um encontro em um evento realizado nesta semana em São Paulo, o ex-governador de Goiás Ronaldo Caiado, candidato do PSD à Presidência da República, e o ex-governador de Minas Gerais Romeu Zema, presidenciável pelo Novo, passaram a sinalizar de forma mais aberta uma aproximação política que pode ganhar novos contornos nas próximas semanas.

O próximo capítulo dessa articulação já tem data para acontecer: Caiado confirmou ao Correio da Manhã que terá uma nova reunião com Zema em dez dias.

A movimentação acontece em meio à tentativa de setores da centro-direita de ocupar um espaço político que enxergam hoje em disputa dentro do eleitorado conservador. Nos bastidores, aliados dos dois políticos admitem que já existe diálogo sobre uma eventual composição nacional, embora ainda não haja definição sobre quem poderia encabeçar uma futura chapa presidencial.

Questionado pelo Correio da Manhã sobre como vê essa reorganização da direita e se a aproximação com Zema já representa um desenho eleitoral para 2026, Caiado respondeu: “Vamos chegar fortes e vencer o PT”.

Ao ser perguntado sobre a possibilidade de Zema ser vice em uma eventual chapa, o governador evitou antecipar qualquer acordo. “Não gosto de fazer esse tipo de afirmação porque o assunto não foi discutido”, afirmou.

O movimento ocorre em um momento de pressão dentro do campo conservador. Integrantes da direita acompanham os efeitos políticos da crise envolvendo o senador Flávio Bolsonaro (PL) e os desdobramentos do caso Master para entender se haverá impacto eleitoral mais profundo sobre o bolsonarismo.

A avaliação entre setores políticos e empresariais é de que parte do eleitorado conservador passou a demonstrar desgaste com a polarização tradicional entre PT e bolsonarismo, abrindo espaço para nomes que tentem ocupar um campo mais moderado da direita.

A pesquisa Datafolha mais recente mostra o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) com 40% das intenções de voto. Flávio Bolsonaro aparece com 31%, enquanto Caiado registra 4% e Zema, 3%.

Para o professor de ciência política do Ibmec Brasília, Arthur Wittenberg, a aproximação entre Caiado e Zema reflete justamente a tentativa de construção de uma direita mais institucional e menos associada ao estilo político do bolsonarismo.

Leonardo Boff*

Uma tragédia humana: as atuais migrações mundiais

Nos dias atuais há milhões de migrantes por terra e por mar em busca de condições de vida melhores. Segundo dados da ONU em 2025 havia no mundo 304 milhões de migrantes. Hoje com mais de cem zonas de conflito como acaba de informar o coordenador da Cruz Vermelha, serão muito mais, pois a humanidade está vivendo em ininterrupta guerra civil. A maioria foge de guerras que vitimam um sem número de vidas. Outros porque suas terras se tornaram inférteis pelo excesso de calor. Ainda há os que buscam outros países devido a perseguição religiosa ou política.

O maior número vem de África subsaariana e do Oriente Médio, ambos em direção da Europa. Há muitos milhares de latino-americanos que imigram ilegalmente para os EUA.

Todos os imigrantes indocumentados, sob a presidência de Donald Trump, estão sendo banidos do país. Isso foi feito com uma polícia especial ICE que usou a violência até a força bruta para fazê-los emigrar.

Inesquecíveis são as cenas covardes daqueles policiais da ICE caçando imigrantes indocumentados nas ruas, nas escolas, nas fábricas, nas fazendas agrícolas e até nas igrejas. O Presidente Donald Trump de forma injusta e preconceituosa considera tais imigrantes gente má, ladrões e assassinos, quando em sua grande maioria fazem funcionar os serviços em hotéis, restaurantes, em fábricas, na produção agrícola e em muitos outros serviços, prejudicando os negócios de norte-americanos.

Chocante é a violência aplicada aos imigrantes presos e de deportados, jogados nos grandes aeronaves, acorrentados como se fossem gado, sem qualquer respeito à sua dignidade. Revoltante foi a prisão de uma criança de 5 anos, algemada como se fosse um adulto, forma para atrair o pai e prendê-lo. A indignação foi nacional e internacional, obrigando as autoridades responsáveis a liberar a criança e o pai.

Na Europa os migrantes são geralmente mal recebidos, seja os vindos de África ou do Oriente Médio. Muitos morreram na travessia em barcos sem nenhuma segurança. O Mediterrâneo se transformou numa sepultura de centenas e centenas que aí se afogaram. A indiferença e a falta de sensibilidade causaram indignação ao Papa Francisco quando esteve em Lapedusa, chegada de muitos imigrantes. Duramente criticou o fato de que os europeus perderam a sensibilidade e a capacidade de chorar sobre o sofrimento de seus semelhantes.

Em alguns países foram totalmente rejeitados como na Hungria sob o hoje ex-presidente Orbán, de extrema direita e violento. Na cristianíssima Polónia se admitem, seletivamente, somente cristãos, negando hospitalidade a muçulmanos ou de outra denominação religiosa.

Teme-se que as mudanças climáticas, acelerando-se cada vez mais e destruindo vastas regiões com grandes inundações, severas secas e imensas queimadas

, acabam criando levadas de milhares e milhares de migrantes procurando salvar suas vidas. Seus lugares se fizeram praticamente inabitáveis. A ONU tem alertado os países centrais e desenvolvidos que preparem suas infra-estruturas para acolher e dar hospitalidade a estes flagelados.

A hospitalidade comparece como valor referencial para fazer frente a este fenómeno mundializado. As migrações em massa poderão desestabilizar inteiras nações e as políticas sociais, dada a gravidade da situação criada pela mudança na geopolítica (a disputa pela hegemonia mundial entre USA, Rússia e China), pelos transtornos climáticos provocados pela crise ecológica e pela corrente marítima do El Niño.

Hoje é a capacidade de mostrar a hospitalidade, sempre tida por todas as tradições culturais como um dos mais altos valores no relacionamento humano, o quanto de sensibilidade e de humanidade subsistem ainda entre nós como pessoas individuais e como sociedades complexas. Mantidas as atuais desigualdades escandalosas, fruto de uma acumulação inimaginável de riqueza dos poucos que exploram os muitos e devastam os bens e serviços naturais, não nos oferecem sinais de esperança de que prevaleçam a sensibilidade e a humanidade, base da hospitalidade, face aos milhões de migrantes a nível mundial.

Mesmo assim, vencidos e derrotados, jamais desistiremos no empenho em favor dos migrantes e refugiados, desprezados e rechaçados, pois essa causa, por ser verdadeira, é invencível. Nela se mostra o melhor que existe nos seres humanos: compadecer-se com os peregrinos forçados, com os migrantes, viver a solidariedade concreta face à sua frágil situação, e o amor incondicional para com esses humilhados e ofendidos. Segundo os relatos bíblicos e o sentido de um dos mais comovedores mitos gregos sobre hospitalidade, a dos bons velhinhos Báucis e Felêmon, quem hospeda o peregrino e o desconhecido, está hospedando anonimamente o próprio Deus.

A família do Filho do Homem foi imigrante no Egito e tornou sagrado todo empenho em favor daqueles que vivem penosamente semelhante situação. Por isso, uma situação parecida representa à consciência, um apelo ético permanente mesmo no meio das dificuldades, dos preconceitos e das rejeições. Afinal, todos somos migrantes e hóspedes nesta Terra que é de todos os presentes e dos futuros. Todos passamos. Somente ela, a Casa Comum, permanece ainda por milhões de anos, girando ao redor do sol e gestando vida, para a natureza e para a humanidade.

***Leonardo Boff escreve para a revista LIBERTA do ICL (<https://www.revistaliberta.com.br>) e publicou também o livro Hospitalidade: direito e dever de todos, Vozes 2005 (<https://www.leonardoboff.org>).**

Victor Corrêa*

O risco invisível do trabalho

O trabalho adocece. Não é pressão de quem anda cansado, nem reclamação de quem “não aguenta pressão”. O Brasil já registra recordes sucessivos de afastamentos por transtornos mentais. A novidade é que, agora, o governo começa a admitir aquilo que muitos trabalhadores já sabiam no corpo e na mente: ambiente ruim também faz mal à saúde.

A NR-1 é a Norma Regulamentadora que estabelece regras gerais de segurança e saúde no trabalho. Ela não foi criada agora. Foi atualizada para incluir, no gerenciamento de riscos ocupacionais, os chamados riscos psicossociais relacionados ao trabalho — e passou a valer esta semana. Em português claro: as empresas precisam olhar também para assédio, sobrecarga, metas abusivas, jornadas extenuantes, pressão permanente e formas de organização capazes de adoecer.

Antes, era mais fácil entender o risco. Uma cadeira inadequada. Um ruído excessivo. Um produto químico. Um equipamento sem proteção. Tudo isso continua importante. Mas nem todo risco aparece no mobiliário, na máquina ou no chão da fábrica. Está no modo como se cobra, na meta impossível, na chefia que humilha, no medo de responder com sinceridade a uma pesquisa interna.

Em 2025, a Previdência Social concedeu 546.254 benefícios por incapacidade temporária relacionados a transtornos mentais e comportamentais, alta de quase 16% em relação a 2024. Ansiedade e depressão lideram o ranking. As mulheres, sobrecarregadas pela jornada dupla e pela desigualdade estrutural, respondem por 63% dos afastamentos. A conta direta para a Previdência Social já supera R\$ 3,5 bilhões.

O burnout nasce do estresse crônico no trabalho que não foi administrado. Um dos seus motores é a sobrecarga. Também é possível que os números contem menos do que deveriam. Muitos casos que hoje poderiam ser lidos como esgotamento profissional talvez tenham entrado, e ainda entrem, na conta da ansiedade, da depressão ou de outros transtornos. Não porque fossem menos graves, mas porque o trabalho nem sempre foi tratado como causa.

Conheço uma profissional competentíssima do mercado audiovisual que, na primeira crise, não conseguia abrir o notebook para trabalhar. Chorava antes de começar. Tentou se automedicar, achou que passaria. Não passou. Em outra crise, chorou durante uma reunião com a chefia depois de uma fala ríspida. O médico recomendou três meses de afastamento.

É aí que a nova NR-1 encontra sua parte mais difícil. Os sinais que o Ministério do Trabalho pretende

ver não são tão objetivos quanto uma cadeira quebrada ou uma máquina sem proteção. Sofrimento psíquico nem sempre aparece na planilha ou no relatório. Aparece no medo de responder, na exaustão que se disfarça de comprometimento e na cadeira vazia de quem pediu demissão sem explicar o motivo.

Faz sentido que cada atividade tenha suas especificidades. Quem sofre no escritório, diante do computador, não sofre da mesma forma que quem trabalha num canteiro de obras. A sobrecarga pode aparecer na meta inalcançável, no ruído, no calor, na insegurança, na chefia abusiva ou na ausência de descanso.

O problema é quando a ausência de metodologia obrigatória vira brecha para relatórios bonitos e escuta frágil. A norma exige que as empresas incluam os riscos psicossociais no Programa de Gerenciamento de Riscos. Aliás, os dados serão auditáveis? O auditor não vai saber se o trabalhador está bem, vai saber se o papel está em ordem.

Questionários internos, relatórios da própria gestão e entrevistas conduzidas dentro da empresa dificilmente capturam aquilo que o trabalhador sente, mas tem medo de dizer. A fiscalização pode encontrar um processo bem organizado. Isso não significa, necessariamente, que encontrou o sofrimento vivido todos os dias.

Também falta gente para fiscalizar. Antes das novas posses, havia menos de 2 mil auditores fiscais em atividade. Com o reforço de 829 novos servidores empossados em dezembro, o próprio ministro Luiz Marinho admitiu na cerimônia: ‘nunca teremos auditores suficientes para olhar cada detalhe do Brasil.’ Com esse efetivo, o país fiscaliza apenas 3% dos estabelecimentos.

E ainda houve atraso. A nova exigência deveria ter entrado em vigor antes, mas foi adiada por um ano. Agora, mesmo com a atualização em vigor, as multas só começam depois de um período de adaptação. Para o empregador, prazo. Para o trabalhador adoecido, espera.

A atualização da NR-1 é um avanço. Mas saúde mental no trabalho não se protege apenas com uma obrigação no papel. Não basta formulário, palestra, cartaz motivacional ou relatório bem escrito.

O risco invisível do trabalho está no medo de dizer a verdade dentro de uma estrutura que pode punir a sinceridade. Enquanto essa escuta não for protegida, a norma pode até organizar documentos. Mas dificilmente vai proteger trabalhadores.

***Jornalista, mestre e doutorando em Gestão e Políticas Públicas pela Fundação Getúlio Vargas**

CORREIO ECONÔMICO

POR
ANDRE SOUZA

Gov.br



Mais de 36,1 milhões de declarações foram enviadas

Sexta-feira é último dia para declarar o Imposto de Renda

O prazo para realizar a Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) termina às 23h59 desta sexta-feira (29). A Receita Federal espera receber 44 milhões de declarações. Um painel, disponibilizado no site da Receita, mostra que, até dia 27, mais de 36,1 milhões de declarações já foram enviadas. A maior parte dos contribuintes utilizou o programa gerador da declaração (77,8%), enquanto 22,2% optaram pelo Meu Imposto de Renda. Entre os envios, 59,6% foram declarações pré-preenchidas, 55,2% usaram o modelo simplificado e 74,6% escolheram o Pix para pagamentos. Em relação ao resultado das declarações, 59,7% têm valores a restituir, 22% precisarão pagar imposto e 18,3% não possuem imposto devido.

Dívida Pública chega a R\$8,7 trilhões

A Dívida Pública Federal subiu 1,91% em abril e alcançou R\$ 8,798 trilhões, segundo dados divulgados nesta terça-feira (27) pelo Tesouro Nacional. O avanço foi impulsionado pela emissão recorde de títulos públicos atrelados à Selic e pela incorporação de juros ao estoque da dívida. A previsão oficial é que o total chegue entre R\$ 9,7 trilhões e R\$ 10,3 trilhões até o fim de 2026. O cenário reflete pressão dos juros elevados no país.

Divulgação/EBC



Paulo Pereira assumiu o ministério em 22 de abril

Ministro do Empreendedorismo

O ministro do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, Paulo Pereira, é o entrevistado do programa "Bom Dia, Ministro" desta quinta-feira (28), a partir das 8h. Ele vai tratar da proposta de transição para o fim da escala 6x1 sem redução salarial, além de programas como o Desenrola Empresas e o Contrata+Brasil, voltados ao fortalecimento dos pequenos negócios. O programa é transmitido ao vivo pela EBC e canais digitais do governo. O Jornal Correio da Manhã foi convidado a participar da entrevista.

Gastos de turistas estrangeiros

Gastos de turistas estrangeiros no Brasil aumentaram mais de 9% no primeiro trimestre de 2026, segundo dados do Banco Central. O resultado reflete a retomada do fluxo internacional e maior entrada de divisas no país. O desempenho foi impulsionado pela ampliação de voos, recuperação do turismo global e maior demanda por destinos brasileiros, com impacto positivo no setor de serviços no período.

Google e USP

A Google inaugurou na quarta-feira(27) um Centro de Engenharia no campus da USP, em São Paulo, ampliando sua atuação em pesquisa e desenvolvimento no Brasil. O espaço terá foco em inteligência artificial, segurança digital e privacidade, além de integração com pesquisadores e estudantes.

Bolsa Família

"Saíram do Bolsa Família porque passaram a trabalhar", disse o ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Wellington Dias, durante o programa "Bom dia, Ministro", da EBC. Segundo ele, desde 2023, o Bolsa Família tirou 5,1 milhões de famílias da pobreza, após aumento da renda e inserção no mercado de trabalho.

Petrobras e Pernex

A Petrobras e a mexicana Pemex discutem parceria para exploração de petróleo no Golfo do México. A cooperação envolve estudos para atuação conjunta em águas profundas, além de possíveis projetos em produção, refino e gás, como estratégia de internacionalização das estatais. O tema está em fase de análise técnica.

Dinheiro na conta I

A Cury Construtora e Incorporadora, que atua no setor imobiliário, com foco em empreendimentos residenciais de médio padrão em grandes centros como SP e RJ paga nesta quinta-feira(28) dividendos de R\$ 0,52 por ação aos acionistas. A data de corte é 15/05/2026. A emoesa fechou 2025 com lucro líquido de R\$ 1,1 bilhão.

Dinheiro na conta II

A Companhia de Geração de Energia Elétrica Paranapanema, que atua no setor elétrico, com foco em geração de energia hidrelétrica e participação em ativos do sistema interligado nacional, paga nesta quinta-feira (28) JCP de R\$ 1,27 por ação aos acionistas. A data de corte é 09/12/2025 (GEPA4) e 09/12/2026 (GEPA3).

Tesouro Direto

Vendas do Tesouro Direto alcançaram em abril de 2026 o melhor resultado já registrado para o mês na série histórica, segundo o Tesouro Nacional. O desempenho foi impulsionado pelos juros altos, que aumentaram a procura por títulos públicos de renda fixa entre os investidores. O movimento mostra busca por segurança.

Ilustração/Imagem gerada por IA



Grupo Alimentação e Bebidas subiu 1,38% em maio

IPCA-15 cai em maio, mas acumula alta de 4,64%

Prévia da inflação ficou em 0,62% no mês, segundo IBGE

Da Redação

A prévia da inflação oficial do país desacelerou em maio, mas continuou pressionada pelos preços dos alimentos e da energia elétrica. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15) ficou em 0,62% no mês, abaixo da taxa de 0,89% registrada em abril, segundo dados divulgados na quarta-feira (27) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Apesar da desaceleração mensal, o indicador acumulado em 12 meses avançou para 4,64%, acima dos 4,37% observados no período imediatamente anterior. No acumulado de 2026, o índice soma alta de 3,02%. Em maio do ano passado, o IPCA-15 havia ficado em 0,36%.

Segmentos

Dos nove grupos pesquisados pelo IBGE, oito tiveram aumento de preços. O principal impacto veio do grupo Alimentação e Bebidas, que subiu 1,38% e respondeu sozinho por 0,30 ponto percentual do índice geral. O resultado foi influenciado principalmente pela alimentação no domicílio, que avançou 1,51%.

Entre os alimentos com maiores altas no período aparecem tomate, cebola, café moído e frutas. Já itens como arroz, leite longa vida e carnes registraram redução de preços.

O grupo Habitação teve alta de 1,03% e representou o segundo maior impacto sobre o índice,

com influência de 0,15 ponto percentual. O resultado foi puxado pela energia elétrica residencial, após mudanças tarifárias em diferentes regiões do país.

Também tiveram alta os grupos Saúde e Cuidados Pessoais, com variação de 1,05%, e Despesas Pessoais, que avançaram 0,50%. Vestuário subiu 0,41%, enquanto Educação teve alta de 0,01%.

Transportes foi o único grupo a registrar queda em maio, com recuo de 0,33%. A redução foi influenciada pela diminuição nos preços das passagens aéreas e dos combustíveis.

Sobre o IPCA-15

O IPCA-15 é considerado uma prévia da inflação oficial do país. O indicador utiliza a mesma metodologia do IPCA, mas considera preços coletados entre o dia 16 do mês anterior e o dia 15 do mês de referência. O índice abrange famílias com rendimento entre um e 40 salários mínimos em regiões metropolitanas e capitais pesquisadas pelo IBGE.

A meta contínua de inflação definida pelo Conselho Monetário Nacional é de 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Com o resultado acumulado em 12 meses em 4,64%, o indicador permanece acima do teto da meta.

Segundo o boletim Focus divulgado na segunda(26) pelo Banco Central, a projeção para o IPCA de 2026 subiu de 4,98% para 5,04%.

Unidades de conservação movimentam R\$ 40,7 bi no Brasil

Estudo do Instituto Chico Mendes mostra recorde de 28,5 milhões de visitas em áreas protegidas

O turismo em Unidades de Conservação (UCs) federais alcançou, em 2025, um novo patamar de impacto econômico no Brasil, segundo estudo “Contribuições do Turismo em Unidades de Conservação para a Economia Brasileira”, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. O levantamento consolida a visitação como política pública de Estado, amparada pela Lei nº 15.180/2025 e pela Portaria nº 3.689/2025.

Em 2025, as UCs federais movimentaram R\$ 40,7 bilhões em vendas, geraram R\$ 20,3 bilhões de contribuição ao PIB e R\$ 9,8 bilhões em renda para famílias. O sistema de 175 unidades registrou 28,5 milhões de visitas — recorde histórico desde o início da série, em 2000.

Os parques nacionais concentram a maior parte da visitação, somando 13,6 milhões de entradas, também recorde. O resultado reflete melhorias de infraestrutura, ampliação de serviços, novas áreas abertas ao público e recuperação

do turismo pós-pandemia.

O impacto econômico vai além do turismo direto. O estudo aponta que cada R\$ 1 investido no ICMBio gera R\$ 16 em PIB e R\$ 2,30 em arrecadação tributária. No total, o turismo nas UCs sustenta cerca de 332,5 mil empregos no país e gerou quase R\$ 3 bilhões em impostos, valor superior ao orçamento do órgão.

Entre as categorias de manejo, os parques nacionais se destacam como principais motores econômicos, com R\$ 21,6 bilhões em vendas e 219,6 mil empregos gerados. Já as reservas extrativistas apresentam forte impacto local e lideram em arrecadação tributária por visita, com média de R\$ 116,60.

O estudo também registra a APA da Baleia Franca (SC) como a unidade mais visitada fora de parques nacionais, com 9,05 milhões de visitas. Entre os destaques recentes, o Monumento Natural do Rio São Francisco (BA/SE) aparece com 1,17 milhão de visitas e a Reserva Extrativista Marinha de Ar-



Parque Nacional da Tijuca, no Rio de Janeiro, liderou o ranking de visitação em 2025

raial do Cabo (RJ) com 605.151.

O levantamento utiliza o modelo Tourism Economic Model for Protected Areas (TEMPA), reconhecido internacionalmente por Unesco e Banco Mundial, adaptado para países em desenvolvimento.

Além do turismo, as Unidades de Conservação também fortalecem educação ambiental, pesquisa científica, bem-estar e contato com a natureza. O governo federal destaca ainda a criação e ampliação de 20 unidades desde 2023, somando mais de 1,7 milhão de hectares, e investimentos em gestão e visitação, como o programa Natureza com as Pessoas.

Ranking

O Parque Nacional da Tijuca, no Rio de Janeiro, liderou o ranking de visitação em 2025, com

mais de 4,9 milhões de visitantes. Em seguida aparecem o Parque Nacional do Iguaçu, no Paraná, com 2,2 milhões, e o Parque Nacional de Jericoacoara, no Ceará, com 1,3 milhão.

O Parque Nacional da Serra da Bocaina, entre Rio de Janeiro e São Paulo, recebeu 715 mil visitas, enquanto o Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha, em Pernambuco, registrou 618 mil. Já o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, no Maranhão, somou 408 mil visitantes.

O grupo dos dez parques nacionais mais visitados ainda inclui o Parque Nacional de Brasília, no Distrito Federal; o Parque Nacional de Ubajara, no Ceará; o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, em Goiás; e o Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba, no Rio de Janeiro.

Atrativos

O Parque Nacional da Tijuca, no Rio, atrai turistas pelo Cristo Redentor, trilhas, cachoeiras e mirantes como a Vista Chinesa e a Pedra da Gávea. O Parque Nacional do Iguaçu, no Paraná, é conhecido mundialmente pelas Cataratas do Iguaçu e pelos passeios de barco, trilhas e cicloturismo. Já o Parque Nacional de Jericoacoara, no Ceará, reúne dunas, lagoas, praias, manguezais e esportes como kitesurf e windsurf.

O estudo também leva em consideração que o avanço da visitação traz desafios de gestão, como equilíbrio entre uso público e conservação, ampliação de infraestrutura e monitoramento de impactos, reforçando a importância do planejamento para garantir sustentabilidade e segurança aos visitantes.

Cortes nas agências reguladoras podem prejudicar consumidores

Os cortes sucessivos no orçamento das agências reguladoras acenderam um alerta entre especialistas e entidades ligadas à defesa do consumidor. Responsáveis por fiscalizar serviços essenciais como energia elétrica, telecomunicações, saúde suplementar, transportes e saneamento, esses órgãos enfrentam dificuldades operacionais que podem comprometer a qualidade dos serviços prestados à população.

Segundo dados do governo federal, somente em 2026, o bloqueio no orçamento das agências reguladoras chegou a R\$ 84,6 milhões. Em março, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) encaminhou ao governo um pedido de antecipação de R\$ 177,8 milhões em créditos orça-

mentários para evitar risco de paralisação de atividades ao longo do ano, incluindo fiscalização, contratos e funcionamento administrativo. Em 2025, os cortes alcançaram R\$ 456,8 milhões. Já em 2023, o contingenciamento ultrapassou R\$ 1 bilhão. O cenário levou o Tribunal de Contas da União (TCU) a apontar um “sufocamento” financeiro dessas instituições nos últimos anos.

Consequências

Na prática, especialistas alertam que a redução de recursos impacta diretamente a capacidade de fiscalização. Em algumas agências, o número de fiscais disponíveis é insuficiente para acompanhar centenas de empresas reguladas. O resultado pode



Em março, ANEEL alertou governo sobre risco de paralisação

ser menos inspeções, menor controle sobre reajustes e mais dificuldade para identificar irregularidades.

A advogada Danielle Pires, es-

pecialista em Direito Contratual e Agências Reguladoras, afirma que o consumidor é o primeiro a sentir os efeitos desse enfraquecimento institucional. “Quando

as agências perdem recursos, o consumidor perde proteção. Menos fiscalização abre espaço para falhas no serviço e até abusos de empresas”, explica.

Segundo ela, o impacto pode atingir diretamente setores essenciais do cotidiano, como conta de luz, internet e planos de saúde. “Com menos fiscalização, pode haver piora na qualidade dos serviços, aumento de interrupções, dificuldades no atendimento ao consumidor e até reajustes pelas agências. O cidadão pode acabar pagando mais caro por um serviço inferior”, afirma.

Mesmo diante desse cenário, a advogada lembra que o consumidor continua protegido pelo Código de Defesa do Consumidor e pela Constituição Federal. Em casos de cobrança abusiva, interrupção indevida de serviços ou falhas graves na prestação, o cidadão pode recorrer à Justiça para pedir reparação e indenização.

JORNAL DO SERVIDOR

DA
REDAÇÃO

Ilustração/Imagem gerada por IA



Texto prevê correção anual considerando INPC e Fundeb

Piso salarial de R\$ 5.130,63 a professores vai à sanção

O Senado aprovou na terça(26) a medida provisória que reajusta o piso salarial dos professores da educação básica para R\$ 5.130,63 em 2026, alta de 5,4% sobre o valor anterior. O texto também altera a fórmula de correção anual, que passará a considerar o INPC mais 50% do crescimento real médio das receitas do Fundeb nos últimos cinco anos. Segundo o Congresso, a nova regra garante ganho real aos docentes e evita reajuste de apenas 0,37%. A proposta prevê teto e piso para futuras correções, pode gerar impacto de R\$ 6,4 bilhões nas contas públicas em 2026. O Presidente Lula deve sancionar a proposta nos próximos dias. A relatora da proposta, senadora Professora Dorinha Seabra (União/TO), afirmou que a medida traz segurança jurídica para os professores.

Concurso na Advocacia-Geral da União

A Advocacia-Geral da União (AGU) anunciou a preparação de um concurso público unificado com 170 vagas para carreiras jurídicas. O certame terá oportunidades para Advogado da União, Procurador da Fazenda Nacional, Procurador Federal e Procurador do Banco Central. Segundo o ministro Jorge Messias, o novo modelo permitirá que o candidato escolha a carreira no momento da inscrição. O edital ainda não foi divulgado.

Divulgação



Categorias estavam em greve geral desde abril.

Triênio aos servidores da UERJ

Servidores da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) conseguiram avanços em reunião realizada na terça(26) com o governador em exercício do Rio, Ricardo Couto. O governo sinalizou favoravelmente à incidência do triênio sobre a Dedicção Exclusiva (DE) e concordou em iniciar estudos para criação de um adicional. Durante o encontro, representantes das categorias também reforçaram a cobrança por recomposição salarial, valorização de técnicos e docentes e melhorias nas condições de trabalho da universidade.

Reajuste de perdas inflacionárias

Dias antes, o governo do Rio de Janeiro anunciou o pagamento das duas parcelas restantes da recomposição salarial para mais de 423 mil servidores ativos, aposentados e pensionistas. O reajuste de 11,56%, referente às perdas inflacionárias acumuladas entre 2017 e 2021, será dividido em duas parcelas, a serem pagas em agosto e novembro. O Decreto nº 50.302/2026 foi publicado no Diário Oficial em 22/maio.

Prazo I

O Ministério da Inovação em Serviços Públicos (MGI) alerta que a atualização e a validação obrigatória de dados cadastrais, pessoais e funcionais dos servidores federais ativos precisam ser feitas até o dia 31 de maio, sendo impossível realizar este processo após a data. A atualização é obrigação dos servidores.

Prazo II

Segundo a pasta, a medida deixa atualizados os dados pessoais e funcionais que estão registrados nos sistemas de gestão da administração federal. Empregados públicos, contratados temporários, anistiados políticos civis, empregados de estatais dependentes e estagiários também devem fazer o processo.

Dois empregos I

Um servidor público foi condenado por trabalhar, irregularmente, em dois cargos públicos ao mesmo tempo nas cidades de Ipueiras e Santa Rosa do Tocantins. A Justiça atendeu o pedido do Ministério Público do Tocantins, depois de identificar problemas na jornada de trabalho no decorrer de 2022

Dois empregos II

O homem recebia dois salários, um como vigia em Ipueiras, das 18h até às 6h, e um como motorista escolar em Santa Rosa, no horário das 19h, sendo impossível estar nos dois serviços devido ao deslocamento. Ele perdeu um dos trabalhos e foi determinado que o dinheiro recebido seja devolvido. A decisão da Justiça ainda cabe recurso

Orientação jurídica

O Sindicato dos Trabalhadores do Centro Paula Souza lançou um guia de orientação jurídica voltado aos servidores públicos celetistas por prazo indeterminado. O material reúne informações sobre direitos trabalhistas, ações judiciais, evolução funcional e atendimento jurídico. O guia está disponível no site do SINTEPS.

Concurso MP-MT

O presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Herman Benjamin, suspendeu a liminar que barrava o concurso para promotor do Ministério Público de Mato Grosso e manteve as provas em Cuiabá e São Paulo em 14/junho. A decisão considera que a suspensão prejudicaria os candidatos e o cronograma do certame.



Divulgação/Câmara dos Deputados

Projeto na Câmara altera Lei de Acesso à Informação

Dados sobre gênero no serviço público

Proposta prevê a divulgação do número de homens e mulheres

Andre Souza - SP

Tramita na Câmara o Projeto de Lei 2563/2026, de autoria da deputada federal Tabata Amaral (PSB/SP), que torna obrigatória a divulgação de dados sobre a presença de homens e mulheres nos cargos da administração pública. A proposta altera a Lei de Acesso à Informação (LAI) e prevê que órgãos públicos publiquem estatísticas detalhadas sobre a ocupação de cargos, funções e empregos em todas as esferas do poder público.

Pelo texto, os órgãos deverão informar quantos homens e mulheres ocupam cargos efetivos, funções gratificadas, postos de chefia e empregos públicos. As informações também deverão mostrar detalhes sobre carreira, nível, classe e progressão funcional dos servidores.

Segundo Tabata Amaral, o objetivo é ampliar a transparência e facilitar o acompanhamento das desigualdades de gênero dentro do serviço público. Na justificativa do projeto, a deputada afirma que hoje esses dados são divulgados de forma irregular, sem padronização entre os órgãos, o que dificulta comparações e análises mais amplas. A parlamentar destaca ainda que a administração pública federal já possui sistemas capazes de gerar essas informações, como o SIAPE e o Observatório de Pessoal do Ministério da Gestão e da Inovação. Por isso, segundo ela, a medida seria tecnicamente viável e não criaria uma obrigação impossível de ser cumprida pelos órgãos públicos.

vel e não criaria uma obrigação impossível de ser cumprida pelos órgãos públicos.

O projeto estabelece prazo de 180 dias após a publicação da lei para que os órgãos adaptem seus sistemas e passem a divulgar os dados de forma oficial.

Segundo a autora, a divulgação permanente dessas informações poderá ajudar na criação de políticas públicas voltadas à igualdade de oportunidades dentro do serviço público. O projeto também cita metas da Organização das Nações Unidas (ONU) ligadas à participação feminina em espaços de decisão.

Estatísticas

Em janeiro de 2025, as mulheres representavam 45,6% dos servidores ativos da União, mas ocupavam apenas 42% dos cargos e funções de direção, assessoramento e gratificações técnicas. Nos cargos mais altos de liderança, entre os níveis 13 e 17, a presença feminina era ainda menor, chegando a 39,2%.

Dados do Ministério da Gestão mostram que, entre 2014 e 2023, as mulheres receberam, em média, 86,1% da remuneração média dos homens na administração pública federal. Já informações do IBGE mostram que as mulheres ocupavam apenas 39,3% dos cargos gerenciais no Brasil em 2022.

A proposta ainda será analisada pelas comissões da Câmara antes de seguir para votação.

CORREIO PAULISTANO

POR
RAFAEL CHINAGLIA

Guilherme Oliveira / REDE CÂMARA SP



Debate foi pedido pelo vereador Alessandro Guedes (PT)

Moradores pedem explicações sobre valor indevido de IPTU

Moradores da zona leste da capital paulista participaram de uma Audiência Pública, na noite desta terça-feira (26), para reivindicar melhorias para a região. A população relatou cobranças indevidas de IPTU desde 2019, problemas recorrentes com enchentes e dificuldade para conseguir o documento de regularização habitacional. O debate foi solicitado pelo vereador Alessandro Guedes (PT). No requerimento protocolado pelo parlamentar, ele cobra esclarecimentos à Prefeitura de São Paulo e à Sabesp (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo) sobre as questões apresentadas por quem vive nos bairros da ZL. Presidente da comissão, o vereador João Ananias (PT) também cobrou providências.

Lentidão na análise de documentos

Os moradores que participaram da audiência contaram que há pelo menos sete anos recebem cobranças irregulares de IPTU. Eles querem que a Prefeitura faça a revisão cadastral para corrigir os valores. Os problemas frequentes com enchentes e alagamentos na região também foram tratados durante o debate. A população alertou, também, para as inconsistências e a lentidão na análise de documentos para regularizar a habitação.

Lucas Bassi | REDE CÂMARA SP



Comissão do Idoso e de Assistência Social da Câmara

Comissão do Idoso convida secretários

A Comissão Extraordinária do Idoso e de Assistência Social aprovou três requerimentos, em reunião realizada terça-feira (26). Em um dos documentos, o presidente da comissão, vereador Senival Moura (PT), convida a secretária municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, Eliana Gomes, para apresentar dados e informações sobre a situação do atendimento de pessoas idosas para entrevista e inserção no CadÚnico. A plataforma do governo federal mapeia famílias de baixa renda e funciona como a principal entrada para programas sociais.

17,7% da população paulistana

De acordo com o texto do requerimento, São Paulo já possui mais de 2 milhões de pessoas com 60 anos ou mais, o que representa 17,7% da população paulistana, já superando o percentual de crianças, e ocupando hoje a segunda posição atrás apenas da população adulta, o que indica uma importante transformação no perfil demográfico da cidade de São Paulo.

Terceiro setor I

A Câmara de SP recebeu um evento de capacitação voltado a representantes de entidades do terceiro setor, com foco no fortalecimento institucional e na qualificação da atuação dessas organizações. A programação abordou temas relacionados à gestão, sustentabilidade das iniciativas e prestação de contas.

Terceiro setor II

A atividade reuniu integrantes de organizações da sociedade civil e especialistas para discutir desafios enfrentados pelo setor e compartilhar práticas de administração e relacionamento com o poder público. Entre os temas debatidos estiveram mecanismos de parceria, organização interna e aprimoramento.

Mini Cidade I

A Câmara de SP terá uma atividade especial no próximo domingo (31) dentro do projeto Câmara Aberta. A Casa recebe, das 9h às 16h, a Mini Cidade, iniciativa educativa da Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) voltada à conscientização sobre segurança no trânsito. A atividade será no térreo do Legislativo.

Mini Cidade II

A entrada é gratuita e aberta a toda a população, mas voltada especialmente ao público infantil. A ação marca o encerramento do Maio Amarelo, movimento internacional de conscientização para redução de acidentes de trânsito, e reforça o compromisso da Câmara com iniciativas de educação, cidadania e mobilidade segura.

Dia da África I

A Câmara de SP recebeu um seminário para celebrar o Dia da África, comemorado em 25/05. A programação valorizou a importância histórica e cultural da África e da diáspora africana. O evento promove debate sobre direitos, políticas públicas e o enfrentamento às violências direcionadas a imigrantes e refugiados.

Dia da África II

A atividade foi organizada pela União Africana Alkeebulan, com apoio da vereadora Luana Alves (PSOL) e da Campanha pelo Fim da Operação Delegada – mobilização social e política lançada em junho de 2025 por mais de 60 organizações de direitos humanos e movimentos populares, em resposta à violência policial.



Esquina das Avenidas São João e Ipiranga, no centro de SP

Justiça barra projeto da Times Square de São Paulo

Decisão suspende instalação de painéis de LED no centro

Da Redação

A Justiça de São Paulo suspendeu o projeto conhecido como “Times Square paulistana”, que previa a instalação de grandes painéis de LED no cruzamento das avenidas Ipiranga e São João, na região central da capital. A decisão liminar foi publicada nesta terça-feira (27) e impede o início de obras, instalações e demais intervenções ligadas à proposta até nova análise judicial.

O projeto, chamado oficialmente de Boulevard São João, foi apresentado pelo governo estadual e pela Prefeitura de São Paulo como parte de um plano de revitalização do centro da cidade. A iniciativa previa a instalação de telões digitais em edifícios históricos da região, além da realização de eventos culturais e ações urbanísticas inspiradas na Times Square, em Nova York.

Na decisão, a magistrada responsável pelo caso considerou o porte da intervenção e os possíveis impactos urbanísticos e sociais provocados pela instalação dos equipamentos luminosos. A liminar também determina que a prefeitura e os responsáveis pelo projeto apresentem documentos relacionados à aprovação da proposta, incluindo estudos técnicos, atas de reuniões, pareceres urbanísticos e registros da consulta pública realizada.

A proposta havia sido aprovada por órgãos municipais responsáveis pela preservação urbana e do patrimônio histórico. O modelo previa quatro grandes painéis de LED em

imóveis localizados no entorno da esquina entre as avenidas Ipiranga e São João. Parte do conteúdo exibido nos telões deveria ser voltada a programação cultural e informativa, conforme regras definidas durante o processo de autorização do projeto.

Segundo o plano apresentado pelo poder público, a iniciativa também previa contrapartidas urbanísticas e culturais, como restauração de patrimônios históricos, melhorias paisagísticas e instalação de mobiliário urbano. A Prefeitura defendia que o projeto poderia estimular atividades econômicas, turismo e ocupação cultural da região central.

A criação do Boulevard São João gerou debates desde o anúncio oficial. Entidades, urbanistas e moradores da região levantaram questionamentos sobre possível aumento da poluição visual, impactos sobre imóveis históricos e compatibilidade da proposta com a Lei Cidade Limpa, em vigor na capital desde 2007. A legislação restringe publicidade visual em vias públicas e é considerada uma das principais políticas urbanísticas da cidade de São Paulo nas últimas décadas.

Com a decisão judicial, o cronograma previsto para implantação do Boulevard São João fica interrompido temporariamente. Ainda cabe recurso por parte da prefeitura e dos demais envolvidos no projeto.

CPI do Jockey ouve empresa citada em contrato milionário

Representante prestou esclarecimentos sobre serviços ligados a obras no clube

A CPI do Jockey Club da Câmara Municipal de São Paulo ouviu, nesta semana, o representante de uma empresa mencionada nas investigações sobre contratos relacionados ao complexo esportivo na zona oeste da capital. O depoimento ocorreu dentro da fase de oitivas conduzida pelo colegiado de vereadores, que apura possíveis irregularidades envolvendo recursos, contratos, prestação de contas e a execução de serviços vinculados ao clube.

Instalada em novembro de 2025, a comissão tem como objetivo investigar a regularidade fiscal e imobiliária das atividades do Jockey Club de São Paulo. Entre os pontos em análise estão a gestão de débitos tributários, operações envolvendo potencial construtivo e eventuais falhas na fiscalização e acompanhamento por parte do poder público municipal.

Durante o depoimento, os

vereadores concentraram questionamentos sobre a relação contratual entre a empresa e o clube, os serviços efetivamente executados e a documentação utilizada para comprovação das atividades. Também foram discutidos valores envolvidos, cronologia dos contratos e a existência de registros formais das entregas realizadas.

Segundo informações debatidas ao longo da reunião, parte das apurações busca entender se despesas apresentadas em prestações de contas têm compatibilidade com os objetivos originalmente previstos nos projetos de restauração e conservação vinculados ao imóvel. A comissão tenta reconstruir o fluxo de contratação, execução e comprovação financeira das atividades realizadas.

O representante ouvido pelos vereadores afirmou aos parlamentares que os serviços executados ocorreram dentro do

escopo contratado e apresentou esclarecimentos sobre a forma como a empresa participou das atividades relacionadas ao local. Entre os temas abordados estiveram a existência — ou não — de vínculo direto com o Jockey Club de SP, os responsáveis pela contratação e os critérios utilizados para emissão de documentos e relatórios técnicos.

Ao longo da sessão, integrantes da Comissão Parlamentar de Inquérito também retomaram questionamentos levantados em reuniões anteriores sobre divergências identificadas em documentos encaminhados ao poder público. Em etapas anteriores da investigação, representantes técnicos apontaram inconsistências entre valores declarados pelo Jockey Club e elementos apresentados nas prestações de contas, além de despesas da entidade consideradas sem relação direta com obras de restauro.

Os vereadores afirmaram que os depoimentos fazem parte do processo de consolidação das informações que serão utilizadas na elaboração do relatório final da comissão. O colegiado vem reunindo documentos, oitivas e manifestações de órgãos municipais para mapear responsabilidades e verificar se houve descumprimento de obrigações previstas em instrumentos firmados com o município.

Nos últimos meses, a Comissão Parlamentar de Inquérito aprovou pedidos de informações destinados a diferentes órgãos da administração municipal de São Paulo, incluindo áreas responsáveis por patrimônio histórico, urbanismo, fiscalização e controle interno. Também foram solicitados documentos adicionais ao próprio clube e a entidades ligadas ao processo de preservação e, também, de acompanhamento do patrimônio da entidade.

Em reuniões anteriores na Câmara Municipal, parlamentares da Comissão chegaram a aprovar novas convocações e intimações diante da ausência de convidados considerados relevantes para o avanço das investigações. O entendimento manifestado pelos integrantes da comissão é de que os esclarecimentos são necessários para verificar a origem dos contratos, confirmar a execução dos serviços e identificar a destinação dos recursos analisados.

Próximos passos

A expectativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Jockey é concluir a fase de coleta de informações nas próximas etapas dos trabalhos, além de consolidar as conclusões das investigações em um relatório que poderá apontar encaminhamentos administrativos ou eventuais medidas a serem adotadas pelos órgãos competentes.



O colegiado investiga a regularidade fiscal e imobiliária das atividades do JCSP

Parada LGBTQ+ deve movimentar R\$ 466 milhões na economia da capital paulista

Rovena Rosa/Agência Brasil

A edição de 2026 da Parada do Orgulho LGBTQ+ de São Paulo deve movimentar R\$ 466,2 milhões na economia da capital paulista, segundo estimativa divulgada pela Associação Comercial de SP. O valor representa uma redução de R\$ 82,3 milhões em relação ao ano anterior, quando o evento gerou impacto estimado em R\$ 548,5 milhões.

De acordo com a entidade, a queda está relacionada à diminuição de investimentos privados e à perda de patrocinadores para a realização do evento, marcado para o próximo dia 7 de junho, na Avenida Paulista. A organização prevê estrutura menor em comparação com as últimas edições, justamente no ano em que a Parada completa três décadas.

O cálculo considera os gastos realizados por participantes em setores como hotelaria, bares, res-

taurantes, transporte, comércio, turismo e serviços. Tradicionalmente, a Parada atrai visitantes de diversas regiões do Brasil e também turistas estrangeiros, o que impulsiona a atividade econômica no centro expandido da cidade durante o evento.

A retração no apoio financeiro ocorre em meio a mudanças nas estratégias de marketing e diversidade adotadas por grandes empresas, especialmente multinacionais. Organizadores do evento apontam que parte das marcas reduziu investimentos em ações ligadas à pauta LGBTQIA+ nos últimos anos.

Neste ano, apenas algumas empresas confirmaram apoio institucional à Parada até o momento. Em edições anteriores, o número de patrocinadores privados era significativamente maior. Segundo a organização, a arrecadação obtida



Parada do Orgulho LGBTQ+ será no dia 7 de junho, na Paulista

sofreu queda próxima de 60% em comparação com anos recentes.

Mesmo com a redução no orçamento, a expectativa é de grande público na Avenida Paulista e em vias próximas. A Parada de SP é conside-

rada uma das maiores manifestações LGBTQIA+ do mundo e integra o calendário turístico da capital paulista desde a década de 1990.

Nos últimos dias, a discussão em torno da Parada LGBTQIA+

ganhou repercussão política na cidade após a aprovação, em primeira votação na Câmara de São Paulo, de um projeto que prevê restrições à presença de menores de idade em eventos relacionados à pauta LGBTQIA+. A proposta também estabelece limitações para eventos realizados em espaços públicos.

Segunda votação

Apesar da aprovação em primeiro turno, o texto ainda precisará passar por nova votação antes de eventual encaminhamento para sanção do Prefeito. Especialistas em direito constitucional e entidades ligadas aos direitos humanos avaliam que a proposta pode enfrentar questionamentos judiciais por possível afronta a princípios constitucionais relacionados à liberdade de expressão, igualdade e direito de reunião.

CORREIO GRANDE SP

Bruno Netto/Câmara de Guarulhos



Vereadores durante a Sessão da Câmara de Guarulhos

Quatro Projetos de Lei foram votados em Guarulhos

Quatro Projetos de Lei de compuseram a Ordem do Dia da Sessão Ordinária na Câmara de Guarulhos. O PL 508/2025, do presidente Martello (Republicanos) e Claudia Di Bonito (PDT) abriu a Sessão, ele propõe a realização de simulações de evacuação de emergência em escolas, hospitais, órgãos públicos e empresas estabelecidas no Município. O PL 912/2021, de Edmilson Souza (PSOL), institui o programa de efetivação das medidas socioeducativas em meio aberto. O PL 91/2024 inclui no calendário municipal o Dia do Podólogo e é de autoria de Gilvan Passos (Republicanos) e Wesley Casa Forte (PSB). E o PL 19/2025, de Lamé (PcdoB), cria o Programa Municipal de Atendimento e Acolhimento à Pessoa Idosa.

PL sobre diretrizes orçamentárias

No Grande Expediente, foram relacionados 147 itens, sendo 93 requerimentos de informação ao Executivo e 54 projetos de lei e decretos legislativos. Entre os destaques está o PL 104/2026, de autoria da Prefeitura, que estabelece as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2027. As sessões podem ser acompanhadas presencialmente no Plenário da Casa, pela TV Câmara e também pelas redes sociais oficiais do Legislativo.

Divulgação/Prefeitura de Mogi das Cruzes



Diário completa um ano com economia acima da meta

Diário Oficial supera meta em Mogi

O Diário Oficial eletrônico de Mogi atingiu números significativos para a transparência e economia de recursos públicos. A ferramenta tinha a estimativa de gerar uma economia anual de R\$ 1 milhão, mas alcançou R\$ 1.871.148,45, superando a meta em 87%. Em um ano, 258 edições ordinárias e 30 edições extraordinárias foram publicadas pelo Poder Executivo. 177 edições ordinárias e uma extraordinária pela Sema, 38 edições ordinárias pelo Instituto de Previdência Municipal (Ipem) e 42 edições ordinárias e duas extraordinárias Poder Legislativo.

Ferramenta amplia transparência

As licitações, extratos e atos oficiais do Diário Oficial Eletrônico ficam registrados e disponíveis no site da Prefeitura, trazendo mais agilidade e facilidade no acesso, estimulando o controle social e a participação popular. A ferramenta atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira.

Barueri I

Barueri aprovou a criação do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial. O órgão será responsável por promover e fiscalizar políticas públicas voltadas ao combate da desigualdade racial e ao enfrentamento do preconceito. O conselho terá representantes do poder público e da sociedade civil organizada.

Barueri II

O texto aprovado também cria o Fundo Municipal de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (FUNPIR), no qual o Conselho, que terá 12 membros, será o responsável. Os recursos deverão ser utilizados em ações que buscam promover a igualdade racial para o combate ao preconceito no município.

Suzano I

A Secretaria de Finanças de Suzano apresentou, durante audiência pública, o balanço das receitas e despesas da Prefeitura nos quatro primeiros meses do ano. Segundo o secretário Itamar Viana, a administração municipal destinou R\$ 208 milhões para as áreas de Saúde e Educação entre janeiro e abril.

Suzano II

A audiência também apresentou os números da arrecadação municipal e das despesas no período. A receita total do primeiro quadrimestre chegou a R\$ 572,1 milhões, enquanto as despesas liquidadas somaram R\$ 501,6 milhões. Segundo a Prefeitura, a prestação de contas garante transparência e acompanhamento das metas fiscais.

Guararema I

A Prefeitura de Guararema prorrogou até o dia 10 de junho o prazo para participação popular na revisão do Plano Diretor. A ampliação do período permite que mais moradores contribuam com sugestões para a construção das diretrizes de desenvolvimento urbano, social, ambiental e econômico da cidade.

Guararema II

As contribuições podem ser enviadas pelos canais oficiais da Prefeitura. Para participar por e-mail, é necessário fazer o download do formulário em PDF disponível no portal, preenchê-lo e encaminhá-lo como anexo para o endereço. Outra opção é o formulário impresso, que pode ser retirado no Paço Municipal.

Divulgação/Câmara Municipal de Osasco



Vereadores cobraram a Sabesp durante reunião

Osasco aponta críticas sobre a Sabesp

A Audiência teve presença de comunicadores da Sabesp

Da Redação

A Câmara Municipal de Osasco realizou uma audiência pública para tratar sobre o abastecimento de água. A reunião teve o objetivo de esclarecer problemas no fornecimento de água e esgoto pela Sabesp na cidade. “Há problemas recorrentes, não são casos isolados. Saneamento é um recurso básico para a sobrevivência. Há problemas com o fornecimento, com os valores cobrados e com o recapeamento das vias públicas após as obras da Sabesp. O objetivo é trazer soluções para melhorar a prestação de serviço”, disse Elsa na reunião.

Valdyr Ribeiro, secretário de Obras de Osasco, falou sobre como a empresa pode melhorar a situação: “Temos um problema de comunicação sobre as obras da Sabesp. A empresa poderia avisar em quais vias irá atuar para que a Prefeitura faça o recapeamento. Além disso, o cronograma de obras é inviável”, disse. “Essa falta de comunicação prejudica o investimento de R\$ 180 milhões feito pela Prefeitura. O asfalto reposto pela Sabesp é pior”.

O diretor da Defesa Civil em Osasco, Renato Castanheira, abordou os problemas enfrentados quando existe um vazamento em uma adutora: “Uma rua do bairro Helena Maria ficou alagada e precisamos resgatar moradores como se fosse uma enchente. Orientamos a população quando

acontecem problemas, seria mais fácil se as empresas seguissem os protocolos da Defesa Civil”

Contas

Edilson Ramos, do Procon Osasco, falou sobre o problema dos valores altos nas contas de água, além do crescimento de reclamações contra a Sabesp. “A comunicação com a Sabesp é muito ruim, as reclamações sobre a empresa superaram as queixas contra a Enel, antiga campeã de registros no Procon.”

De acordo com ele, apenas 30% das reclamações possuem respostas, e os valores altos nas contas acontecem porque não há leitura e o consumo é estimado pela média dos meses anteriores.

Vicente Medeiros, assessor da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo (Arsesp), falou sobre a obrigatoriedade da Sabesp em manter padrões de serviço.

Esclarecimentos

Tais Schoueri, do setor de Relações Institucionais da Sabesp, afirmou que irá encaminhar as reclamações. “A audiência deu um bom panorama dos problemas, vamos responder todos os questionamentos.”

Fabiano Cunha, diretor da Sabesp em Pinheiros, concordou com a colega. “Tragam as reclamações e iremos resolver. Um dos nossos focos é evitar o desperdício na distribuição de água.”

CORREIO PAULISTA

Rodrigo Romeo/Alesp



A proposta é de autoria do deputado Carlos Giannazi

Alesp discute volta das faltas abonadas em São Paulo

A Assembleia Legislativa realizou, nesta quarta-feira (26), audiência pública sobre o Projeto de Lei Complementar 32/2023, que prevê a retomada das faltas abonadas para servidores estaduais. A proposta, de autoria do deputado Carlos Giannazi (Psol), restabelece o direito de até seis ausências anuais, revogado em 2021 durante a gestão João Doria. Segundo o parlamentar, o benefício funciona como compensação pelos meses com 31 dias trabalhados. Representantes sindicais afirmaram que o fim das faltas abonadas ampliou o desgaste mental dos servidores e dificultou a conciliação entre trabalho, descanso e demandas familiares. O projeto aguarda parecer da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento antes de seguir para votação definitiva.

PM prende 84 procurados em SP

A Polícia Militar capturou 84 procurados pela Justiça durante a Operação Muralha Paulista II, realizada na terça-feira (26) em todo o estado de São Paulo. A ação mobilizou 3,8 mil policiais e 1.663 viaturas entre 14h e 22h. O sistema utiliza reconhecimento facial e leitura de placas para identificar foragidos e veículos roubados. Segundo a Secretaria da Segurança Pública, a operação reforçou o uso de tecnologia e inteligência no policiamento ostensivo e preventivo.

Patricia Domingos/Alesp



Parlamentares, sindicatos e entidades marcaram presença

Assembleia debate apoio a cuidadores

A Alesp realizou nesta terça-feira (26) audiência pública em comemoração ao Dia Estadual da Cuidadora Irmã Dulce. O debate reuniu parlamentares, sindicatos, entidades e representantes da Defensoria Pública para discutir valorização profissional, suporte psicológico e regulamentação da categoria. Durante o encontro, também foi discutido o Projeto de Lei 307/2025, que propõe a criação da Política Estadual de Cuidado Integral às Pessoas sem autonomia. Participantes alertaram para os impactos do envelhecimento populacional e da falta de rede de apoio e por melhores condições.

Sabesp amplia prazo para renegociação

Clientes da Sabesp com contas em atraso têm até sábado (30) para aderir à campanha de renegociação de débitos. A ação prevê desconto de 100% em juros, multas e correção monetária, além de abatimento de até 80% no valor principal da dívida. O parcelamento pode ser feito em até 36 vezes na fatura ou em até 24 vezes no cartão de crédito. O atendimento ocorre pelo WhatsApp (11) 3388-8000.

Pesca em pauta

A Alesp reuniu, na terça-feira (26), produtores para discutir medidas de fortalecimento da pesca artesanal e da aquicultura. Entre as propostas debatidas estão ações para ampliar a comercialização do pescado, facilitar o acesso ao crédito e melhorar as condições de trabalho da cadeia produtiva nas colônias.

Programa Escolar

Foi aprovada pela Alesp, na terça-feira (26), um projeto que cria o Programa Olímpíadas do Conhecimento SP nas escolas estaduais. A proposta prevê competições acadêmicas para alunos do Ensino Fundamental e Médio, com foco em Matemática, Linguagens, Ciências da Natureza e Humanas.

Laços com China

A Assembleia Legislativa de São Paulo lançou, na terça-feira (26), o Grupo de Amizade Brasil-China. A iniciativa pretende ampliar relações institucionais, acadêmicas e econômicas entre São Paulo e o país asiático. O plano prevê cooperação em inovação, mobilidade sustentável, educação técnica, intercâmbio acadêmico e parcerias.

Cadastro de júri

A 4ª Vara do Júri da Capital abriu inscrições para voluntários interessados em atuar como jurados em 2027. O cadastro pode ser feito até 10 de setembro por e-mail ou presencialmente no Fórum Criminal da Barra Funda. Para participar, é necessário ter mais de 18 anos, residir na capital paulista e estar em pleno gozo dos direitos políticos e sem antecedentes.

Doação de sangue

O Tribunal de Justiça participou, na segunda-feira (25), de campanha de doação de sangue promovida em parceria com o Tribunal de Contas do Estado e a Sefaz-SP. A ação arrecadou 52 bolsas de sangue, capazes de beneficiar até 208 pessoas. A coleta ocorreu no Memorial do TCE-SP, com apoio da Fundação Pró-Sangue.

Homenagem

A Escola Paulista da Magistratura inaugurou, na segunda-feira (25), retratos de ex-diretores da EPM e da EJUS. A cerimônia reuniu magistrados, servidores e convidados. Durante o evento, foram destacados avanços na formação de magistrados e servidores, além da ampliação de cursos, convênios e atividades acadêmicas das instituições.



Objetivo é diminuir os riscos de propagação do fogo

Queima controlada avança no Cerrado

Operação do Governo de SP busca preservar áreas de vegetação

Por Redação

O Governo de São Paulo iniciou uma operação de queima controlada em Unidades de Conservação do Cerrado Paulista como estratégia de prevenção a incêndios florestais durante o período de estiagem. A medida utiliza a técnica da queima prescrita, realizada sob critérios técnicos e monitoramento meteorológico, para reduzir o acúmulo de biomassa seca, considerada o principal combustível para incêndios de grandes proporções.

Segundo a Fundação Florestal, responsável pelas ações, o planejamento das operações considera fatores como umidade relativa do ar, direção dos ventos e quantidade de vegetação seca existente em cada área. O objetivo é diminuir os riscos de propagação do fogo, preservar a biodiversidade e estimular a regeneração natural da vegetação adaptada ao fogo. O diretor de proteção ambiental da Fundação Florestal, Adriano Candeias, afirma que a técnica contribui para a manutenção das formações campestres e savânicas típicas do Cerrado. De acordo com ele, a prática favorece a regeneração das espécies nativas e auxilia na preservação da biodiversidade presente no bioma.

A fundação informou que, em 2025, cerca de 500 hectares distribuídos em nove Unidades de Conservação passaram por ações preventivas semelhantes. O monitoramento posterior apontou redução na ocorrência de incêndios de

alta severidade e menor intensidade do fogo nos períodos mais críticos de seca. As operações também ampliaram a capacidade técnica das brigadas integradas de combate a incêndios florestais.

Para 2026, o Governo de São Paulo obteve autorização para ampliar as intervenções em 22 áreas mapeadas, totalizando mais de 507 hectares manejados de forma controlada. As ações ocorrem no Parque Estadual Furnas do Bom Jesus, na Floresta Estadual de Assis, nas estações ecológicas de Assis, Jataí, Luís Antônio e Itirapina, além do Parque Estadual do Juqueri.

Especialistas apontam que o Cerrado possui relação histórica com o fogo e depende de queimadas naturais controladas para manter parte de sua dinâmica ecológica. Sem manejo adequado, ocorre acúmulo excessivo de biomassa seca, o que aumenta o risco de incêndios de grandes proporções durante períodos prolongados de estiagem.

Para a execução das operações em 2026, a Fundação Florestal mobilizou 140 brigadistas e profissionais especializados, além de 40 veículos equipados com motobombas, nove caminhões-pipa e equipes voltadas ao monitoramento e resgate preventivo da fauna silvestre. A Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística informou que as atividades seguem protocolos de segurança ambiental e contam com acompanhamento técnico permanente durante todas as etapas das queimadas prescritas.

Turismo de observação cresce na Mata Atlântica paulista

Guia produzido reúne roteiros em áreas preservadas do litoral e interior de São Paulo

O turismo de observação de vida silvestre avança no litoral e no interior paulista impulsionado por roteiros ligados à Mata Atlântica, bioma que concentra algumas das áreas mais preservadas do Estado e atrai visitantes interessados em aves, mamíferos, e paisagens naturais. A Secretaria de Turismo e Viagens do Estado de São Paulo lançou a segunda edição do Guia de Roteiros de Observação de Vida Silvestre, reunindo destinos voltados ao chamado birdwatching e ao ecoturismo em regiões da Baixada Santista e do Vale do Ribeira.

A publicação apresenta trilhas, parques e áreas de conservação ambiental que permitem a observação de espécies endêmicas e migratórias em meio a manguezais, restingas, serras e florestas preservadas. Entre os destaques estão cidades da Região Turística Costa da Mata Atlântica, formada por municípios como Santos, São Vicente, Praia Grande, Peruíbe, Mongaguá, Itanhaém, Bertioga e Guarujá.

Segundo o guia, a diversidade de ambientes naturais favorece a presença de aves raras e ameaçadas, além de espécies bastante procuradas por observadores e fotógrafos da natureza. Entre elas estão o tiê-sangue, o tangará, o guará-vermelho, o formigueiro-do-litoral e o gavião-pombo-pequeno.

Em Praia Grande, o Parque Ézio Dall'Acqua, conhecido como Portinho, reúne uma das princi-



Ken Chu

Praias do Centro, Guaraú, Guaraúzinho, Costão, Caramborê, Prainha e Barra do Una, em Peruíbe

pais áreas de observação da Baixada Santista. O manguezal localizado na entrada da cidade possui 165 espécies de aves catalogadas entre residentes e migratórias. O roteiro pode ser percorrido em caminhadas de duas a três horas, principalmente durante o outono, inverno e primavera.

No local, os visitantes podem avistar espécies ameaçadas, como a saíra-sapucaia, além do guará,

da saíra-de-sete-cores, do arara-banana, da saracura-matraca e do jaó-do-sul. A região também conta com passarelas ecológicas e áreas abertas para observação.

Em Peruíbe, o bairro do Guaraú é cercado pela Estação Ecológica Juréia-Itatins, área reconhecida pela grande concentração de Mata Atlântica preservada. Manguezais, restingas, cachoeiras e trilhas compõem o cenário procura-

do por turistas e pesquisadores. O período entre março e novembro é considerado o mais favorável para observação de aves.

Na Praia de Taniguá, também em Peruíbe, centenas de aves migratórias utilizam a região como ponto de descanso em rotas internacionais. Entre as espécies registradas estão o maçarico-de-papo-vermelho, o batuiraçu, a batuira-de-bando e o maçarico-branco.

No interior paulista, o Parque Natural Municipal Morro do Ouro, em Apiaí, e o Parque Estadual Carlos Botelho, em São Miguel Arcanjo, integram os roteiros de observação. O Morro do Ouro abriga aves como o gavião-de-penacho, o tangará-da-serra e o sabiá-una em áreas de mata preservada e mirantes localizados a mais de mil metros de altitude.

Já o Parque Carlos Botelho concentra cerca de 330 espécies de aves, número equivalente a quase 20% da fauna alada brasileira. As trilhas do Núcleo São Miguel Arcanjo passam por bosques de araucárias, áreas em regeneração e margens de represas.

A relação entre a Mata Atlântica e a observação da fauna remonta aos primeiros relatos feitos sobre o território brasileiro. Em maio de 1560, o padre José de Anchieta concluiu a "Carta de São Vicente", documento em latim e espanhol no qual descreveu aspectos da fauna, da flora e das paisagens da região. Em um dos trechos, destacou a diversidade de aves encontradas na floresta, considerada à época uma das mais exuberantes do continente. O crescimento do turismo ambiental também tem incentivado ações de preservação e educação ambiental em unidades de conservação paulistas. Operadores turísticos e pesquisadores apontam que a procura por roteiros ligados à natureza aumentou nos últimos anos, especialmente entre visitantes interessados em fotografia.

São Paulo lidera ranking brasileiro de segurança

Divulgação/Governo de SP

O estado de São Paulo concentra 13 dos 20 municípios mais seguros do Brasil, segundo dados do Atlas da Violência 2026, elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública. O levantamento analisou as taxas de homicídios estimados em 336 cidades brasileiras com mais de 100 mil habitantes.

O estudo considera os homicídios registrados no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde, além da estimativa de mortes violentas não notificadas oficialmente. O indicador utilizado é a taxa de homicídios por 100 mil habitantes.

Entre as cidades paulistas, Santa Bárbara d'Oeste aparece como a mais bem colocada do estado e a terceira do ranking nacional, com taxa de 3,2 homicídios por 100 mil habitantes. Na sequência estão Bragança Paulista, Itatiba, Birigui,

Atibaia e Votuporanga. Também figuram entre as 20 cidades menos violentas do país os municípios paulistas de Indaiatuba, Salto, São José dos Campos, Araraquara, Marília, Mogi das Cruzes e Cotia.

Além de São Paulo, apenas Santa Catarina, Minas Gerais e Paraná possuem cidades entre as 20 melhores posições do ranking nacional. Nenhum município paulista aparece entre os 100 mais violentos do país.

Entre as cidades brasileiras com mais de 500 mil habitantes, São José dos Campos obteve o melhor desempenho paulista, ocupando a 15ª colocação geral, com taxa de 5,9 homicídios por 100 mil habitantes. A capital paulista ficou na 121ª posição, registrando índice de 15,3 mortes, abaixo da média nacional de 20 homicídios por 100 mil habitantes.

O Atlas também aponta que São Paulo registrou, em 2024, a

menor taxa de homicídios do país entre os 27 estados brasileiros, com 6,6 mortes por 100 mil habitantes. Dados divulgados pela Secretaria da Segurança Pública mostram ainda que 2025 teve o terceiro ano consecutivo de redução nos homicídios dolosos no estado, com 2.438 ocorrências.

Os indicadores criminais também apresentaram queda em outras modalidades. Os roubos somaram 161,3 mil registros em 2025, redução de 16% em comparação com o ano anterior. Os casos de latrocínio caíram 22%, enquanto os roubos de carga tiveram retração de 26%, segundo a SSP-SP.

Para ampliar o monitoramento e a prevenção de crimes contra a vida, a secretaria mantém o programa SPVida, que integra informações das polícias Civil e Militar para análise de ocorrências e definição de estratégias de combate à violência.



Estudo considera os homicídios registrados no SIM

CORREIO DAS REGIÕES

TST/Divulgação



Operação flagrou exploração em Gabriel Monteiro (SP)

MTE resgata 35 pessoas em regime análogo à escravidão

O Ministério do Trabalho e Emprego resgatou, em 20 de maio, 35 trabalhadores rurais em condições análogas à escravidão em uma fazenda de cana-de-açúcar em Gabriel Monteiro (SP). A ação contou com o Ministério Público do Trabalho e a Defensoria Pública da União. Entre os resgatados havia um adolescente de 17 anos. Nenhum tinha carteira assinada. Aliciados no Nordeste com promessas falsas, enfrentavam jornadas sem descanso, sem EPI, sem banheiro, sem abrigo para reveições e dormiam no chão. As atividades foram paralisadas e o empregador pagou R\$ 415 mil em rescisórias e R\$ 261 mil em indenizações. Os trabalhadores receberam passagens de volta e acesso ao seguro-desemprego especial.

Iguape recebe o festival Revelando SP

Pela terceira vez em Iguape, o Revelando SP acontece de 4 a 7 de junho no Centro de Eventos Prefeito Casimiro Teixeira, com entrada gratuita. A abertura fica com a dupla Carreiro & Capataz (dia 4), seguida pelos Demônios da Garoa (5), Anastácia com 80 anos de forró (6) e Adriana Farias encerrando a festa (7). O festival, realizado pelo Governo de SP com correalização da Prefeitura de Iguape, celebra o artesanato, a culinária e a música raiz.

Guilherme Sircili



Unidade Meu Pet recebe tutores a partir de hoje

Ribeirão Preto abre clínica veterinária

Inaugurada ontem pela Prefeitura de Ribeirão Preto, a Clínica Veterinária Meu Pet abriu as portas ao público nesta quinta-feira, na Avenida Luiz Galvão César, 50. O serviço é gratuito e exclusivo para moradores do município com cães e gatos. A unidade oferece clínica geral, dermatologia, oncologia, cardiologia, nefrologia e atendimento a urgências e emergências sem agendamento, de segunda a sábado, das 7h às 17h. Os casos seguem triagem por complexidade antes do encaminhamento ao especialista.

Prefeito e ex-prefeito são condenados

Auditorias do TCE-SP apontaram irregularidades em convênios firmados entre 2005 e 2006 pela prefeitura de Sertãozinho (SP) e o CIAP para as áreas de saúde e educação. Sem fiscalização, verbas públicas foram desviadas nas gestões do prefeito Zezinho Gimenez e do ex-prefeito Nério Costa. A 2ª Vara Cível condenou os dois gestores e a entidade ao ressarcimento de R\$ 3,5 milhões e à perda dos direitos políticos.

Água no interior I

Pindamonhangaba terá um novo reservatório na região da Rodoviária, com adutoras e interligações em execução com previsão de entrega em outubro de 2026. No bairro Bom Sucesso, investimento de R\$ 5 milhões vai levar tratamento de esgoto a 1,3 mil moradores até novembro, solucionando uma carência histórica.

Água no interior II

Em Ribeirão Preto, o acúmulo de areia forçou a paralisação do poço que abastece o Alto do Ipiranga, Ipiranga e Campos Elíseos, podendo afetar a população. A manutenção pode durar até sete dias, com impacto nos horários de pico. A Saerp disponibiliza caminhões-pipa à população afetada pelo telefone 0800 115 0 115.

Trânsito afetado

As obras do viaduto em César de Sousa, Mogi das Cruzes, alteram o trânsito a partir desta quinta-feira. Motoristas no sentido bairro-centro pela avenida Nellusco Boratto passam a usar a via sob o viaduto. A rotatória do centro comercial será demolida. Quem acessa ruas locais deve seguir por rotas alternativas.

Animal resgatado

Na terça-feira (26), uma raposa encontrada no centro de Itu foi capturada pela equipe de proteção animal da Secretaria de Meio Ambiente com apoio do Gepar/GCM, que interrompeu o tráfego para evitar atropelamento. Avaliada como saudável, foi encaminhada ao Cetas para análise veterinária detalhada e será solta em ambiente adequado.

Ecoturismo

A Secretaria de Turismo e Viagens de São Paulo lançou a segunda edição do guia de observação da vida silvestre, destacando as regiões Maravilhas do Rio Grande e Cuesta Paulista. O material reúne roteiros de ecoturismo e birdwatching em destinos com trilhas, rios, serras e áreas preservadas de Mata Atlântica e Cerrado.

Natureza no interior

Entre os destaques estão Votuporanga, com parques e hortos voltados à observação de aves, e Botucatu, que concentra cerca de 400 espécies catalogadas. A cidade é considerada área de transição entre biomas e abriga animais como lobo-guará, tamanduá-bandeira e onça-parda, fortalecendo o turismo no estado.



Vereadores cobraram transparência nos investimentos

Suspensão do IPTU derruba a arrecadação de Piracicaba

Município arrecadou R\$ 15,7 mi contra previsão de R\$ 120,2 mi

Da Redação

Os primeiros meses de 2026 causou rombo significativo nas finanças de Piracicaba. Os dados foram apresentados pela Secretaria de Finanças em audiência pública na Câmara de Vereadores nesta terça-feira (27). Nos quatro primeiros meses do ano, o município arrecadou apenas R\$ 15,7 milhões do imposto, ante previsão de R\$ 120,2 milhões — queda de 86,9%.

A disputa jurídica envolveu questionamentos do MP-SP ao novo Código Tributário, aprovado com suposta falta de transparência e sem estudos de impacto. O caso chegou ao STF, que decidiu em favor da prefeitura. Desde segunda-feira (25), a cobrança foi retomada, e os munícipes têm até sexta (29) para pagar a primeira parcela ou a cota única do IPTU 2026.

Receitas abaixo

Além do IPTU, taxas de limpeza e poder de polícia recuaram 87,7%, tarifas de água e esgoto caíram 16,2% e as transferências federais e estaduais para saúde e educação ficaram 20,8% e 25,5% menores, respectivamente.

As receitas de capital somaram R\$ 9,2 milhões, frente a previsão de R\$ 62,1 milhões — recuo de 85,2%. A receita total chegou a R\$ 1,13 bilhão, 6% abaixo da média esperada para o quadrimestre, segundo o econo-

mista Clayton Maschietto.

Josef Borges, presidente da Comissão de Finanças, destacou o papel da audiência: “Podemos informar com transparência sobre o que foi arrecadado, o que foi liquidado, se sobrou, se faltou, hoje a gente vai discutir tudo isso.” Na educação, 30,46% da receita de impostos foi empenhada, acima do mínimo constitucional de 25%. Na saúde, os gastos devem chegar a 31,45%, superando o piso de 15%.

Tributos em destaque

Nem tudo foi negativo. O ICMS cresceu 7,4% e somou R\$ 209,4 milhões; o ISSQN subiu 1,25%, totalizando R\$ 131,3 milhões; e o ITBI teve alta de 32,3%, chegando a R\$ 42,3 milhões. O vereador Rafael Boer questionou o salto do ITBI. Karla Pelizzaro respondeu que o crescimento decorreu de uma movimentação antecipada do mercado imobiliário antes da entrada em vigor do novo Código Tributário.

As contas do Semaec também foram debatidas. A arrecadação da autarquia ficou 16,2% abaixo da previsão, principalmente pela não utilização de operações de crédito previstas no orçamento. O representante Emerson Navarro afirmou que as despesas também recuaram no mesmo ritmo: “Tendo recursos, estamos investindo; não tendo, estamos buscando executar de outras maneiras.”

GRANDE CAMPINAS

Prefeitura de Hortolândia



Mudança foi motivada pela infraestrutura local

Grupo Eternit vai instalar sede administrativa em Hortolândia

O Grupo Eternit transferirá sua sede administrativa da Avenida Faria Lima, em São Paulo, para Hortolândia. O anúncio oficial foi feito no gabinete do prefeito Zezé Gomes, com a presença do vice-prefeito Cafu César, da secretária de Governo, Ieda Manzano, e do presidente da companhia, Rodrigo Ângelo Inácio. A inauguração da nova estrutura está agendada para o dia 16 de junho de 2026. Segundo a empresa, a decisão pela mudança foi motivada pela infraestrutura local e pelo ambiente favorável ao crescimento. Recentemente, o município foi classificado pelo Índice de Progresso Social (IPS) como a 30ª melhor cidade do Brasil e a primeira da Região Metropolitana de Campinas em qualidade de vida.

Cavalaria Antoniana de Jaguariúna

A 51ª Cavalaria Antoniana acontece em Jaguariúna no dia 7 de junho, com participação gratuita. A concentração será às 8h no Parque dos Lagos, seguida por trajeto até o Centro Cultural, onde haverá desfile escolar às 10h. A partir das 12h30, o Parque Santa Maria recebe o público com shows sertanejos de Luccas & Augusto, Rafa & Bordotti e Ramon & Rodolfo, além de rodeio em touros às 18h, touro mecânico e brinquedos gratuitos para crianças.

Thiago Carvalho/Prefeitura de Jaguariúna



Com a inauguração, o município soma 13 unidades

Jaguariúna inaugura UBS Nassif

A Prefeitura de Jaguariúna inaugura nesta sexta (29), às 10h, a UBS Nassif – “UBS Ivete Theodoro Malachias”, somando 13 unidades na cidade. Localizada na Rua Vigato, a estrutura de 251m² foi construída via convênio estadual e atenderá bairros como Nassif e Primavera. O funcionamento será das 7h às 16h a partir de segunda-feira (1º). O espaço conta com consultórios, ginecologia, telemedicina, farmácia climatizada, sala de curativos e acessibilidade, visando um atendimento básico mais ágil, humanizado e estruturado na região.

Indaiatuba terá vias interditadas

A Alameda José Amstalden, em Indaiatuba, terá interdições parciais de 29 a 31/5 para a Ginco 2026 do Colégio Objetivo. Na sexta (29), às 19h, fecha o sentido centro-bairro (entre R. Carlos E. C. da Silva e R. João Amstalden). No sábado (30), às 7h, fecha o sentido bairro-centro (da Rod. João Ceccon à R. Carlos E. C. da Silva). A liberação total ocorre no domingo (31), às 21h. Use rotas alternativas.

Falta de professores

Na sessão de terça (26), o presidente da Câmara de Sumaré, Hélio Silva, denunciou a falta de professores substituídos na EM Profª Eliana Minchin Vaughan, no Matão. Pais relatam que alunos são dispensados mais cedo devido às ausências. O vereador vai cobrar explicações urgentes da Secretaria de Educação.

Festa Italiana

Até domingo (31), o Parque da Festa do Figo sedia a Festa Italiana Viva La Nostra Gente, parte dos 130 anos de Valinhos. O evento gratuito ocorre de quinta a domingo, celebrando a imigração italiana com culinária típica, como massas e o Tombo da Polenta no domingo, às 12h15, além de ações sociais e artesãos.

Festa Italiana II

A abertura oficial será nesta quinta (28), às 19h30, com homenagem ao valinhense Adoniran Barbosa. A programação musical inclui Tony Angeli, os Tenores do Brasil e bandas cover. O sábado terá encontro de Fiat 500 e bingo, e o domingo se encerra com a Parada Italiana e tributo aos Paralamas do Sucesso.

Rede de água

Na quarta-feira (27), uma obra da CPFL atingiu a rede de água do DAEV na Rua Itaiú, no São Bento do Recreio, em Valinhos. O rompimento em dois pontos afetou poços e prejudicou o abastecimento. O DAEV atua no conserto emergencial e reforçou o uso de caminhões-pipa. Moradores devem usar água com consciência.

Fotografia

O projeto Pontos MIS de Hortolândia promove a oficina gratuita “Fotografia para redes sociais” na terça (2), das 18h às 22h, na Unidade Cultural Arlindo Zadi. São 30 vagas para maiores de 14 anos. A fotógrafa Natália Tonda ensinará técnicas de celular, câmera e iluminação para aprimorar imagens na internet.

Vacina da gripe

Neste sábado (30), das 8h às 17h, a UBS Vila Santana, em Valinhos, faz plantão de vacinação contra a gripe para idosos 60+, gestantes e crianças de 6 meses a 5 anos. A ação visa aumentar a cobertura vacinal na cidade, que está baixa: apenas 34,65% dos grupos prioritários se imunizaram até agora.



Média da taxa de homicídios se deslocou de 7,23 para 7,74

Homicídios registram alta na Região de Campinas

Valinhos, Americana e Sumaré lideram em óbitos violentos

Da Redação

O Atlas da Violência 2026, elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), revela que seis municípios da região de Campinas apresentaram crescimento nos índices de homicídios no decorrer de 2024. A divulgação do documento ocorreu na terça-feira (26) e expõe uma realidade local que diverge do panorama nacional, visto que o Brasil atingiu a menor taxa de assassinatos em onze anos, registrando uma redução de 7,4% em comparação ao ano anterior.

No contexto regional, as oito cidades com mais de 100 mil habitantes somaram 249 óbitos violentos no período analítico, gerando uma elevação de 12,1% no indicador acumulado.

Municípios

A análise baseada na proporção de ocorrências para cada grupo de 100 mil moradores indica que Valinhos obteve a maior variação percentual da região, com a taxa saltando de 0,77 para 3,05, o que representa um acréscimo de 296%. Na sequência das maiores altas estão os municípios de Americana, com elevação de 88%, e Sumaré, com aumento de 28,1%. Em sentido oposto ao crescimento verificado nessas localidades, Mogi Guaçu anotou uma retração de 47% em seu índice. Desse modo, a média da taxa de homicídios no conjunto das

maiores cidades da região se deslocou de 7,23 para 7,74.

Homicídios ocultos

Os pesquisadores alertam que os números oficiais podem estar subdimensionados devido à existência de homicídios ocultos. O levantamento estima que existam 52 mortes violentas na região de Campinas cujas intencionalidades não foram identificadas pelas vias oficiais de registro, sendo inicialmente catalogadas como óbitos por causas indeterminadas. A ausência de especificação no Sistema de Informações sobre Mortalidade do Ministério da Saúde afeta a precisão dos diagnósticos criminais, dificultando a contabilização exata das agressões fatais e das intervenções legais no país.

Solução de falhas

Para solucionar as falhas de registros, o estudo usa modelo computacional baseado em aprendizado de máquina que calcula a probabilidade de um óbito indeterminado ser um homicídio. O sistema examina variáveis das vítimas como sexo, faixa etária, escolaridade, entre outros, além de fatores do incidente como a data e o instrumento usado.

O relatório aponta que as divergências entre os dados de saúde, estimativas e B.O.s decorrem de entraves técnicos na integração de sistemas das secretarias estaduais, sem ligação com omissões intencionais de gestores.

Agente sai em defesa de colegas após denúncia de furto em Viracopos

Funcionário publicou vídeo após influenciadora denunciar sumiço de relógio no aeroporto

@amandacastanham/Reprodução

Por Moara Semeghini

O Agente de Proteção da Aviação Civil, Wesley Henrique Costa de Deus, de 35 anos, publicou nas redes sociais um vídeo em defesa dos colegas de trabalho após a denúncia de suposto furto de um relógio de luxo no Aeroporto Internacional de Viracopos, em Campinas (SP).

No vídeo, Wesley explica que o procedimento correto da chamada “função 1” durante a inspeção de bagagens e pertences dos passageiros, deve ser feito sempre sob supervisão do passageiro/proprietário e mediante autorização.

“Vamos esperar os fatos e as câmeras. Até que se prove o contrário, defenderei meus colegas e local de trabalho”, afirmou. A publicação foi divulgada pelo perfil Campinas Notícias no Instagram.

Wesley afirma que não acusa a empresária de mentir, mas levanta hipóteses sobre o que pode ter acontecido, como ela ter esquecido o relógio, por exemplo.

“Pode ter procedimento errado? Pode. Nem todo mundo trabalha 100% correto. E a minha defesa com os meus colegas de trabalho é sobre o fato da acusação. Vamos aguardar as câmeras. A partir daí, se quisesse divulgar e falar do Aeroporto de Viracopos e do procedimento o qual não se entende”, comentou.



Amanda Castanha denunciou furto de relógio de R\$ 28 mil após passar pelo raio-X de Viracopos

Influenciadora

O caso envolve a influenciadora Amanda Castanha, que relatou em um vídeo nas redes sociais o desaparecimento de um relógio Cartier Panthère Steel, avaliado em cerca de R\$ 28 mil, após passar pela área de raio-X do terminal na madrugada do último sábado (23), por volta das 5h30, quando desembarcava de um voo vindo dos Estados Unidos..

A Polícia Civil investiga o caso, registrado na 4ª Delegacia de Atendimento ao Turista (Deatur). Segundo a concessionária Aeroportos Brasil Viracopos, o aeroporto colabora com as investigações.

De acordo com Amanda, quando passava pelo controle de segurança, foi abordada por uma funcionária do aeroporto que informou que gravações não

eram permitidas naquele local. A influenciadora afirma que não tinha acionado qualquer câmera.

Ela disse também que quando foi revistada a mesma funcionária ficou observando-a insistentemente. Amanda disse ainda que seu marido viu a funcionária sinalizando objetos da bandeja com os pertences do casal para outro colaborador na tela do raio-X e que o funcionário se afastou com

o objeto para fora da vista dele e do casal.

Amanda afirmou ainda que só percebeu a falta do relógio ao chegar em casa, abrir a bolsa, e encontrar a caixa aberta sem o relógio dentro.

A influenciadora registrou boletim de ocorrência pela Delegacia Eletrônica. A Polícia Civil instaurou investigação formal para apurar o suposto furto ocorrido dentro do aeroporto. A ocorrência também foi registrada na 4ª Delegacia de Atendimento ao Turista (Deatur).

Investigação

Em nota, o Aeroporto Internacional de Viracopos afirmou que apoia as investigações e informou que seus processos seguem estritamente as normas vigentes. As autoridades solicitaram imagens das câmeras de segurança que cobrem tanto a área de inspeção quanto o trajeto percorrido pela influenciadora dentro do terminal. A Secretaria de Segurança Pública informou ao Correio da Manhã que a Polícia Civil investiga o suposto furto de um relógio dentro do Aeroporto de Viracopos, em Campinas. Segundo a SSP, imagens das câmeras de monitoramento do local e do trajeto da vítima foram solicitadas para análise. Os funcionários que atuavam na inspeção também deverão ser ouvidos durante a investigação.

Prédio do INSS será condomínio de moradia social

Google Maps/Reprodução

O prédio do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) na Rua General Osório será um condomínio de 35 moradias sociais, segundo o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. O edifício possui 2 mil m² de área construída e já abriga 60 famílias. A ocupação começou em 7 de setembro de 2025, com moradores dos bairros Parque Oziel, Campo Belo e Jardim Telesp. Recebeu o nome de Palestina Livre! Elesbão Vive! e ocorreu sob a organização do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas, em conjunto com 18 ocupações distribuídas por 16 estados. Integrantes do movimento visitaram os bairros para convidar moradores a ocupar o prédio, que estava, segundo os ocupantes, desocupado. Por já estarem no imóvel, estas 60 famílias têm prioridade na destinação dos apartamentos. Mas, a regra se aplica aos que cumprirem os critérios estabelecidos pelo pro-

grama Minha Casa, Minha Vida, do governo federal.

A portaria do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos estabelece ainda a cessão do prédio para obras de reforma e adaptação estrutural. Entidades sem fins lucrativos que possuem credenciamento no Minha Casa, Minha Vida - podem apresentar projetos. O prazo limite para o envio das propostas termina em 31 de maio, e o Ministério divulgará os selecionados em 12 de junho. O programa federal concede financiamento a famílias associadas para a construção ou reforma de habitações. O público-alvo é de famílias com renda de até R\$ 2.640 por mês. Mas, há permissão para que 10% dos beneficiários de cada projeto possuam rendimento de até R\$ 4.400 por mês.

Após o recebimento das chaves, as famílias poderão pagar em parcelas mensais pelo período de 60 meses (cinco anos). O valor da

prestação vai corresponder a um percentual da renda obtida pelos moradores. A Secretaria do Patrimônio da União indicou a utilização de imóveis públicos para o atendimento a famílias de baixa renda. O Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas aponta que a portaria resultou da atuação dos movimentos sociais, mas afirma que a efetivação das moradias depende da liberação de verbas e de projetos pelo governo. Planeja a realização de atos e distribuição de panfletos para manter a mobilização das famílias e assegurar a entrega das unidades habitacionais. Segundo a União, a iniciativa visa encerrar uma disputa jurídica. Em dezembro de 2025, a 6ª Vara Federal determinou a reintegração de posse em ação movida pelo INSS. Em março, o Judiciário reconsiderou e remeteu o processo à Comissão Regional de Soluções Fundiárias da Justiça Federal que obteve conciliação entre as partes.



Prédio do INSS, Rua General Osório, 808, Centro de Campinas

Estudantes em greve na Unicamp são agredidos de madrugada

Reitoria informou que repudia invasão e intimidação por “estranhos à universidade”

Por Moara Semeghini

Por volta das 2h da madrugada desta quarta-feira (27), estudantes em greve da Universidade Estadual de Campinas que dormiam em um acampamento montado em frente ao Ciclo Básico 2, no campus de Barão Geraldo, relataram que foram alvo de ameaças, ofensas e intimidação por um grupo que, segundo os próprios alunos, é ligado ao Movimento Brasil Livre (MBL). O caso terminou em boletim de ocorrência registrado na Polícia Civil e motivou uma nota oficial de repúdio da reitoria da universidade.

De acordo com a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo (SSP-SP), quatro estudantes e um segurança patrimonial da universidade registraram boletim de ocorrência por ameaça e injúria contra cinco homens. Segundo o relato feito à polícia, os estudantes — que estão acampados de forma pacífica desde o início da greve

foram ameaçados e tiveram barracas derrubadas durante a ação. A Polícia Militar foi acionada para conter a confusão, e o caso foi encaminhado ao 7º Distrito Policial de Barão Geraldo.

Vídeos divulgados pelo Centro Acadêmico do Instituto de Artes (Caia) mostram parte da confusão registrada durante a madrugada. Em nota publicada nas redes sociais, o Diretório Central dos Estudantes (DCE) afirmou que estudantes responsáveis pela segurança do acampamento chegaram a ser agredidos fisicamente durante a ação.

Um dos estudantes que registrou boletim de ocorrência afirmou que o grupo chegou ao local enquanto os alunos dormiam após mais um dia de mobilização da greve. “Às 2h da manhã, fomos surpreendidos pelo grupo do MBL que, mais uma vez, atacou o acampamento do IA, organizado pacificamente”, disse.

Segundo o estudante, esta não



Agressores derrubaram barracas, acordaram e xingaram os estudantes que dormiam

teria sido a primeira situação de intimidação registrada nas últimas semanas dentro da universidade. Ele afirmou que episódios semelhantes já haviam ocorrido anteriormente em outros institutos da Unicamp. “Partiram para cima de algumas companheiras, sobretudo. Foram palavras muito ofensivas contra os estudantes, chamando nós de vagabundos”, declarou. O aluno também cobrou medidas mais efetivas de segurança dentro do campus e disse que os estudantes não pretendem interromper a mobilização da greve diante das intimidações.

Nas redes sociais, estudantes do Instituto de Artes classificaram o episódio como um “ataque ao acampamento pacífico organizado em defesa das pautas da greve” e afirmaram que receberam apoio do Serviço de Vigilância do Campus (SVC) durante o deslocamento até a delegacia para o registro da ocorrência.

“A gente está cansado de ser

surpreendido e atacado cotidianamente. É inadmissível a sequência de ataques violentos que vêm ocorrendo dentro da nossa universidade”, diz trecho da publicação compartilhada pelos estudantes após o episódio.

Em nota oficial divulgada nesta quarta-feira, a reitoria da Unicamp manifestou “repúdio à invasão e aos atos de intimidação protagonizados por pessoas estranhas à comunidade universitária” no acampamento localizado no Ciclo Básico.

A universidade afirmou que episódios de invasão, filmagens não autorizadas e atos que coloquem em risco a integridade física de estudantes, docentes e funcionários são “intoleráveis” e representam “uma afronta à autonomia universitária, à convivência democrática e ao livre exercício do debate acadêmico”.

A administração da universidade informou ainda que está adotando medidas administrati-

vas e jurídicas para identificar os envolvidos e responsabilizá-los pelos atos. A reitoria também declarou solidariedade aos estudantes que relataram insegurança após o episódio e afirmou que irá reforçar as providências para garantir a tranquilidade dentro do campus. Esta é a segunda vez em cerca de três meses que estudantes da Unicamp denunciam episódios de intimidação relacionados a mobilizações políticas dentro da universidade.

A greve estudantil na Unicamp ocorre em meio a reivindicações ligadas à permanência estudantil, melhorias na estrutura da universidade e questões relacionadas à moradia. O acampamento em frente ao Ciclo Básico 2 foi montado como uma das formas de mobilização dos alunos durante o movimento.

Reconhecida nacionalmente pelo alto nível acadêmico, a Unicamp possui um dos vestibulares mais concorridos do país.

Famílias têm atendimento especializado para doença ultrarrara graças à telessaúde

Living Lab SAS Brasil/Divulgação

Por Moara Semeghini

Pacientes com doenças raras e famílias que vivem longe dos grandes centros têm encontrado na telemedicina uma alternativa para acessar atendimento especializado. Em Campinas, um projeto desenvolvido por pesquisadores da Universidade Estadual de Campinas em parceria com o Living Lab SAS Brasil & Unicamp utiliza plataformas digitais para acompanhar casos complexos de síndromes genéticas raras em diferentes regiões do país.

A iniciativa atua no manejo clínico de pacientes com condições ultrarraras, como a Síndrome de Skraban-Deardorff, causada por uma mutação genética considerada extremamente incomum. Estima-se que existam cerca de 150 casos

diagnosticados no mundo, sendo 21 deles no Brasil. Segundo os pesquisadores, um dos principais desafios não está mais apenas no diagnóstico, mas no acompanhamento após a descoberta da doença. Embora os exames genéticos tenham avançado nos últimos anos, ainda há escassez de médicos especializados para interpretar os resultados e orientar tratamentos individualizados. “O paciente recebe o laudo, mas muitas vezes não encontra acompanhamento adequado”, afirma a médica geneticista Vera Lúcia Gil da Silva Lopes, docente da Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp e uma das pesquisadoras envolvidas no projeto.

Pacientes com a síndrome podem apresentar atrasos no desenvolvimento neurológico, dificuldades motoras e comprometimento



Atendimento sem sair de casa graças à telessaúde da Unicamp

da fala, exigindo acompanhamento multidisciplinar contínuo.

Para reduzir as barreiras geográficas, o projeto utiliza a plataforma SIAS (Sistema de Informações em Atenção à Saúde), desenvolvida

pela SAS Brasil. O sistema permite monitoramento remoto e consultas especializadas, conectando famílias e profissionais de saúde sem a necessidade de deslocamentos frequentes.

A estratégia busca atender principalmente famílias que vivem fora dos grandes centros urbanos, onde o acesso a geneticistas e equipes especializadas ainda é limitado. Apesar da ampliação de centros de referência para doenças raras no Brasil desde 2014, pesquisadores afirmam que o sistema público ainda enfrenta dificuldades para ampliar o acesso à genômica clínica. O gargalo, segundo especialistas, deixou de ser apenas a realização dos exames e passou a envolver a análise dos dados genéticos e a definição de condutas médicas adequadas para cada paciente. O projeto também pretende criar modelos de atendimento que possam ser replicados em outras regiões do país, usando a saúde digital para ampliar o acesso de pacientes raros a acompanhamento especializado.

CORREIO NO MUNDO

Daniel Torok/ Casa Branca



Omã estaria negociando parceria com Teerã

Trump ameaça explodir aliado se ‘não se comportar’

O presidente Donald Trump, disse nesta quarta-feira (27) que ainda não está satisfeito com os termos de um possível acordo com o Irã e afirmou que os Estados Unidos não estão discutindo o alívio das sanções contra o país. Falando a repórteres durante uma reunião de gabinete na Casa Branca, Trump voltou a fazer ameaças contra o regime iraniano. “O Irã está muito determinado, eles querem muito fazer um acordo. Até agora, não chegaram lá... não estamos satisfeitos com isso, mas estaremos. Estaremos ou teremos que simplesmente terminar o trabalho”, disse o republicano.

As negociações entre os dois países seguem estagnadas com a discussão sobre o controle do estreito de Hormuz.

EUA voltaram a atacar o Irã

E também pelo programa nuclear iraniano. Apesar da extensão do cessar-fogo estabelecido em 8 de abril, os EUA voltaram a atacar o Irã na segunda-feira (25), alegando autodefesa e sofrendo novas ameaças de retaliação. Donald Trump disse nesta quarta-feira (27) que a intenção desta ação é que um possível acordo com Teerã abra o estreito imediatamente, sem ser controlado por um país específico.

Foto de Ramaz Bluashvili/Pexels



Casa Branca não respondeu sobre falas de Trump

Supervisão sem controle dos EUA

“Vamos supervisionar, mas ninguém vai controlar. Isso faz parte da negociação que temos. Eles gostariam de controlar. Ninguém vai controlar. São águas internacionais, e Omã vai se comportar como todo mundo ou teremos que explodi-los”, afirmou o presidente. O Irã vem discutindo uma parceria com Omã —um aliado dos Estados Unidos— sobre um sistema que cobraria taxas das embarcações que passam pelo estreito, ignorando os alertas feitos pelo governo Trump contra exigências de pagamento para atravessar a importante via marítima internacional.

Casa Branca não respondeu

Na semana passada, em meio às discussões com Omã, a recém-criada Autoridade do Estreito do Golfo Pérsico do Irã publicou nas redes sociais que havia “definido os limites da área de supervisão de gestão do estreito de Hormuz” e que a passagem exigiria uma permissão. A Casa Branca não respondeu a um pedido de comentário sobre a declaração de Trump, tampouco a embaixada de Omã em Washington.

Mortos no Líbano I

De acordo com o Ministério da Saúde libanês, mais de 3.200 pessoas morreram desde o início dos ataques de Israel ao Líbano, e mais de 1,2 milhão foram deslocadas pelo conflito desde que o Hezbollah se juntou à reação do Irã aos ataques de Israel e Estados Unidos, no fim de fevereiro.

Mortos no Líbano II

A facção xiita apoiada por Teerã, por sua vez, disse nesta quarta-feira (26) que travou combates próximos com o Exército israelense na cidade de Zawtar al-Sharqiyah, na margem norte do rio Litani e cerca de 10 km da fronteira com Israel. Delegações dos dois países têm se reunido sob mediação do governo de Donald Trump em Washington.

Vivos na caverna

Cinco das sete pessoas que ficaram presas na última semana em uma caverna inundada no Laos foram encontradas com vida nesta quarta-feira (27), informaram equipes de resgate laocianas e tailandesas. Os socorristas ainda disseram que seguem as buscas pelas outras duas pessoas desaparecidas.

Busca por ouro

Sete moradores do Laos entraram na caverna na província central de Xaysomboun, a cerca de 125 km da capital Vientiane, em 20 de maio, informou a mídia estatal. Autoridades estimaram que o grupo ficou preso a mais de 100 metros da entrada da caverna, em uma área profunda e de difícil acesso. Eles estavam procurando ouro, mas ficaram presos dentro do local.

Água abaixou

Depois que fortes chuvas provocaram uma enchente repentina, a água bloqueou a saída. Autoridades e moradores locais trabalharam para bombear a água para fora da caverna, mas as equipes de resgate ainda não tinham conseguido chegar ao grupo até esta quarta. Durante a manhã, o nível da água na caverna havia baixado.

Fé funcionou

Socorristas, autoridades e moradores se reuniram do lado de fora da caverna na manhã de quarta, antes da retomada das operações, para realizar uma cerimônia espiritual tradicional, oferecendo galinhas e álcool de arroz aos espíritos sagrados que protegem a montanha e os socorristas, informou um grupo de resgate.



Trégua não parou ataques tanto de Israel como do Hezbollah

Israel expande ataques ao Líbano

Israel cumpriu ameaças a despeito de cessar-fogo

Guilherme Botacini (Folhapress)

As Forças Armadas de Israel declararam todo o território do Líbano ao sul do rio Zahrani uma “zona de guerra”, nesta quarta-feira (27), cobrindo como espaço potencial de operações aéreas e terrestres uma área inédita neste século e que vai além da que ocupou de 1982 a 2000.

“O Exército de Israel não está tirando o pé do acelerador. Pelo contrário, eu disse para acelerar ainda mais”, havia dito na segunda-feira (25) o primeiro-ministro de Israel, Binyamin Netanyahu.

A expansão das operações foi anunciada pelo porta-voz em língua árabe do Exército israelense, Avichay Adraee, acompanhada de uma ordem de retirada de todos os habitantes ao sul do rio, incluindo cidades maiores e até então fora da zona de exclusão, como Tiro, na costa, e Nabatieh, esta já além do rio Litani —ambas atingidas pelos novos ataques.

A divisa geográfica do rio Litani é o limite ao sul do qual se retiraram as forças de Israel após a invasão no início da década de 1980 e da ocupação do território libanês; é também ao sul desse rio que ainda opera a frágil missão da ONU (Unifil), cujo mandato termina no fim do ano sem resultados esperados e sem renovação prevista.

As ordens para que civis se retirem para o norte do rio Zahrani, portanto, indicam nova fase do conflito entre Israel e o Hezbollah,

o que sugere planejamento e disposição de Tel Aviv de ampliar sua presença militar em uma área ainda maior do território vizinho —e apesar de um cessar-fogo em vigor desde o dia 17 de abril, mas apenas no papel.

Os dois lados desrespeitam a trégua com ataques que têm aumentado gradativamente e já vêm ocorrendo nessa área desde o início do cessar-fogo.

Segundo o Centro Alma, grupo de pesquisa de Israel que se dedica às fronteiras norte do país e têm relações com o Exército, Tel Aviv lançou 784 ataques aéreos fora da zona de exclusão, de cerca de 570 km², segundo o jornal britânico Financial Times.

A área é uma faixa dentro de território libanês também chamada de “linha amarela”, assim como a divisa semelhante criada na Faixa de Gaza durante a trégua no território palestino. Apenas 78 bombardeios ocorreram dentro da zona libanesa.

Por outro lado, também segundo o Centro Alma, o Hezbollah atacou forças israelenses ou comunidades no norte de Israel 545 vezes desde a trégua, a grande maioria desses ataques operados com drones. Dez soldados israelenses foram mortos, segundo Tel Aviv.

Enquanto Netanyahu anunciava o aprofundamento das operações no Líbano no início da semana, Beirute afirmava que novos ataques de Israel mataram ao menos 31 pessoas em 24 horas.

CORREIO ESPORTIVO

Nelson Terme/CBF



CBF realiza nesta quinta 2ª reunião do GT da Base Brasileira

No Rio, CBF realiza a 2ª reunião do GT da Base Brasileira

A CBF realizará na manhã desta quinta-feira (28) a segunda reunião do Grupo de Trabalho da Base Brasileira, em sua sede no Rio de Janeiro, a partir das 10h (de Brasília). O evento reunirá debates ao longo do dia sobre as categorias de base do futebol feminino, modelos de clubes formadores, regulação de agentes e calendários das competições brasileiras de base.

As discussões contarão com integrantes da CBF, representantes da FIFA e profissionais de clubes brasileiros das modalidades feminina e masculina. O GT será aberto por seu presidente, Felipe Silva, também mandatário em exercício da Federação Norte-rio-grandense de Futebol, e por seu relator Helder Melillo, diretor executivo de gestão da CBF.

Sustentabilidade do futebol brasileiro

A primeira reunião foi realizada no dia 27 de maio. O objetivo do GT é elaborar propostas para o aprimoramento do modelo de formação de jogadores e jogadoras em todas as regiões do país, alinhando-o a diretrizes internacionais, com sugestões legislativas e institucionais voltadas à proteção da formação dos atletas, à sustentabilidade dos clubes formadores e à integridade do processo formativo.

Rafael Ribeiro/ CBF



Jogadores convocados estão treinando na Granja Comary

Seleção Brasileira se apresenta na Granja

Em Teresópolis, 26 dos 23 convocados para defender a Seleção Brasileira na Copa do Mundo já estão reunidos na Granja Comary para a reta final de preparação para a competição que começa daqui a 14 dias. O primeiro a chegar foi o volante Casemiro, ainda na noite de terça-feira (26), mas boa parte da Amarelinha, incluindo o atacante Neymar, se apresentou ao longo desta quarta (27). Para facilitar o deslocamento e evitar assédio de fãs e desgaste físico dos atletas, a CBF fretou helicópteros para leva-los até a Granja Comary.

Quatro sessões de treino até o amistoso

Os últimos atletas que se juntarão ao grupo serão Gabriel Martinelli e Gabriel Magalhães, ambos do Arsenal, e Marquinhos, do PSG, que disputam a final da Liga dos Campeões no próximo sábado (30), em Budapeste. Até sábado (30), o técnico italiano Carlo Ancelotti comandará quatro sessões de treino, visando o amistoso contra o Panamá, no domingo (31), às 18h30, no Maracanã.

POR
PEDRO SOBREIRO

Transfer ban I

O Botafogo sofreu mais um transfer ban. Com a punição aplicada nesta quarta-feira (27), o Glorioso chega a quatro transfer ban registrados na FIFA. Dessa vez, a punição impede o Botafogo de registrar reforços pelas próximas três janelas de transferências, complicando ainda mais as economias do clube.

Transfer ban II

O motivo do transfer ban dessa vez é a dívida de parcelas pelo atacante Artur, que está emprestado ao São Paulo. Ele foi contratado na temporada passada para substituir o atacante Luiz Henrique, mas nunca se firmou na equipe. Ele foi comprado do Zenit, da Rússia, que deixou de receber o pagamento das parcelas.

Transfer ban III

Diante da falta de resposta e pagamento, o clube russo acionou a FIFA, que puniu o Glorioso. Artur se junta a nomes como Thiago Almada, Rwan Secco e Santi Rodríguez, como jogadores que foram contratados de clubes que não receberam pelas vendas. Curiosamente, desses atletas, apenas Santi ainda joga no Botafogo.

Pesou no bolso

A derrota por 3 a 0 para o Red Bull Bragantino, em São Januário, segue rendendo dor prejuízo para o Vasco. Com a derrota, torcedores jogaram copos de cerveja contra o técnico Renato Gaúcho. A ação foi denunciada pela arbitragem, levando o clube ao tribunal. O STJD puniu o clube com multa de R\$ 20 mil e teve sorte, visto que poderia ter perdido mandos de campo.

Vai renovar

Apesar da má fase, o lateral-esquerdo Alex Sandro segue com moral no Flamengo. Com contrato até dezembro deste ano, o lateral da Seleção Brasileira negocia uma renovação com o Rubro-Negro por mais uma temporada. As partes já se alinharam, faltando apenas a assinatura para fechar o negócio.

Não gostou

Após a divulgação de nota oficial justificando o afastamento de Paulo Henrique Ganso, o Fluminense criou uma 'indisposição' com o camisa 10. Ganso, que negocia com outro time brasileiro, pediu para não jogar mais pelo Brasileiro e considerou que a nota possa comprometer sua negociação com o outro clube.

Divulgação/ Atlético-MG



Com tecnologia instalada, CBF dará início a uma nova etapa

Tecnologia do impedimento inicia nova etapa no Brasil

CBF concluiu as instalações do impedimento semiautomático

A instalação dos equipamentos para uso do sistema do impedimento semiautomático (SAOT, na sigla em inglês) foi concluído no futebol nacional. Todos os 19 estádios da Série A do Campeonato Brasileiro receberam a tecnologia, que agora entra numa nova fase antes da liberação para o uso.

O estádio do Morumbi, local onde o São Paulo realiza os jogos como mandante, e o Mineirão, casa do Cruzeiro, foram os dois últimos estádios a realizarem os testes do semiautomático. Esses ensaios foram realizados no final de semana, quando o Tricolor paulista enfrentou o Botafogo e o time mineiro recebeu a Chapecoense.

Com os equipamentos instalados e testados, a tecnologia entra numa nova fase para a implementação do sistema. Nesta semana, instrutores de VAR (Árbitro Assistente de Vídeo) da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) participam de reuniões com a Genius Sports, empresa que opera a instalação do impedimento semiautomático no futebol brasileiro. Nestes encontros, os profissionais da CBF conhecem a tecnologia e como ela estará em operação nas partidas, iniciando a integração com o VAR.

“Iniciamos agora uma nova fase da implantação do impedimento semiautomático que é o contato dos árbitros com a tecnologia. Toda a equipe CBF PRO, instrutores e diretoria da arbitragem da CBF estão envolvidas.

Vamos iniciar os treinamentos, as ações relacionadas a essa capacitação e ao longo de junho e julho teremos treinamentos com os árbitros que irão atuar dentro desse programa. Com todos ajustes realizados, com toda a tecnologia do VAR e do semiautomático integrada, com os profissionais da arbitragem treinados e orientados, teremos o início do impedimento semiautomático no futebol brasileiro”, concluiu Netto Góes, Diretor de Arbitragem da CBF.

Ainda nesse período de integração entre as duas tecnologias, os 72 árbitros da categoria PRO CBF receberão treinamentos para a adaptação e controle das decisões. O último estágio desse processo será somente com os árbitros de VAR, num trabalho de alinhamento entre o uso dos dois sistemas. O presidente da Comissão de Arbitragem da CBF comemorou o avanço dos trabalhos para a implementação da tecnologia.

“O impedimento semiautomático está em uso nas principais ligas e a tecnologia agiliza na tomada de decisão final por parte da arbitragem. Também teremos um ganho no tempo de bola em jogo e uma informação melhor para quem estará acompanhando as partidas. Passamos por um trabalho complexo de instalação dos equipamentos, com muitas áreas envolvidas, clubes e federações. E agora estamos perto da liberação para o uso. Teremos um impacto positivo na arbitragem”, destacou.

Esporte aposta em tecnologia e transforma dados em vantagem

Uso de aplicativos e inteligência artificial vem causando mudanças nos esportes

O esporte deixou de ser apenas entretenimento para se consolidar como uma indústria tecnológica, orientada por dados. Por trás de cada campeonato ou evento global há uma indústria milionária que precisa se manter atualizada e acompanhar as mudanças no comportamento da audiência. Se antes bastavam os lances e disputas marcantes, hoje é necessário investir em experiências omnichannel, com soluções digitais que integrem inteligência artificial, dados e novas infraestruturas para atender às demandas do público.

Pesquisa recente da IBM realizada com mais de 20 mil fãs em 12 países apontou que para 85% dos entrevistados, a integração da tecnologia em sua experiência esportiva tem grande valor. Já 80% deles acreditam que a tecnologia, especificamente a IA, terá a maior influência em como acompanham os esportes até 2027. Além disso, mais da metade (56%) dos fãs entrevistados desejam insights e comentários baseados em IA para eventos esportivos.

Dados que viram experiência

Esse novo padrão de consumo tem levado ligas, clubes e organizadores a acelerar investimentos em inteligência artificial, dados e infraestrutura digital em uma transformação que já pode ser vista na prática. Na Fórmula 1, a parceria entre a IBM e a Scuderia Ferrari HP resultou em um aplicativo que utiliza IA para transformar grandes volumes de dados das corridas em conteúdo personalizado para os fãs. Durante uma prova, carros geram mais de um milhão de dados por segundo, informações agora convertidas em análises, insights e experiências digitais em tempo real.

O app foi construído sobre uma plataforma de nuvem híbrida escalável e segura, o Red Hat OpenShift, da Red Hat. Solução open source baseada em containers, a tecnologia permite integrar sistemas, escalar aplicações e processar informações de maneira instantânea, um requisito cada vez mais crítico em



Parceria entre a Ferrari e a IBM rendeu um aplicativo que usa IA para criar conteúdo exclusivos para os fãs

ambientes esportivos de alta performance.

“A capacidade de integrar dados, escalar aplicações e responder em tempo real é essencial para empresas e governos, e também para o esporte porque traz liberdade de escolha, flexibilidade e escala. Com plataformas abertas como o OpenShift, é possível não apenas gerar novos modelos de negócio, como também entregar experiências mais ricas, personalizadas e conectadas para os torcedores”, afirma Thiago Araki, diretor sênior de tecnologia para a América Latina na Red Hat.

Na prática, a tecnologia viabiliza desde aplicativos para torcedores até sistemas que operam dados em tempo real in loco durante as partidas, conectando diferentes camadas do ecossistema esportivo.

Não à toa, essa indústria tem investido em infraestrutura flexível, baseada em nuvem e tecnologias abertas, que permite lançar e adaptar serviços com rapidez. A lógica é a mesma observada em outros setores: quanto maior a capacidade de integrar dados e sistemas, maior o potencial de engajamento.

O Red Hat OpenShift, por exemplo, se tornou pilar central para uma solução de

Containers como Serviço (CaaS), capaz de ajudar clientes a adotar essa nova arquitetura moderna para oferecer uma melhor experiência aos torcedores em estádios da Europa. Entre os exemplos que a adoção dessa tecnologia poderia melhorar estão o controle de multidões nos grandes jogos, como gerenciamento da movimentação por meio de sistemas integrados que utilizam CFTV e conectividade sem fio, e a capacidade de oferecer serviços em tempo real que podem ajudar a impulsionar o engajamento dos torcedores, a partir da integração de 5G e as arquiteturas de nuvem flexíveis.

“Soluções abertas como o Red Hat OpenShift simplificam a criação e a implantação da inteligência artificial em ambientes híbridos, oferecendo uma plataforma com a flexibilidade de execução em infraestruturas on-premise, nuvem e edge. O que isso significa para o esporte? Facilidade na adoção da IA, inovação acelerada, e novas oportunidades de receita, além da entrega de uma experiência de alto nível aos torcedores dentro e fora de campo”, completa Bruno Machado, Diretor do OpenShift para a América Latina na Red Hat.

Tecnologia de ponta em escala global

Um dos principais encontros esportivos do planeta já está alinhado a essa nova configuração global da indústria. A Copa do Mundo, que deve atrair 6,5 milhões de torcedores e contribuir com mais de US\$ 40 bilhões para o PIB Global, segundo relatório da OpenEconomics, promete ser o mais tecnológico da história, suportando interações simultâneas, desde transmissões digitais até plataformas de engajamento em tempo real. A expectativa é que recursos baseados em inteligência artificial ampliem o acesso a dados durante os jogos e personalizem a experiência para diferentes perfis de público.

A arquitetura central dessa experiência é construída por diversos gigantes da tecnologia, incluindo parceiros de longa data da Red Hat, que criam uma base robusta para a escalabilidade do torneio na nuvem e com a IA.

“No futebol, assim como na tecnologia, o sucesso depende de uma estrutura que suporte cada movimento. Um time campeão se constrói sobre uma defesa sólida que permite que o ataque brilhe com total liberdade. É um imenso ecossistema trabalhando para colocar a tecnologia à serviço de uma experiência muito mais robusta e memorável para a torcida”, destaca Paulo Ceschin, Diretor Sênior do ecossistema de parceiros para a América Latina na Red Hat.

Faltando pouco para a bola rolar em campo, fica a certeza de que o esporte se consolida como uma plataforma digital em escala global. Nesse ambiente, a vantagem competitiva passa não só pelo desempenho em campo, nas pistas ou nas quadras, mas pela capacidade de transformar dados em experiência e engajamento. Fora das quatro linhas, a disputa já está em curso, cada vez mais definida por quem melhor combina esporte, dados e inovação.

Hípica do Rio sedia pelo 5º ano Concurso de Salto Nacional Santo Antônio, que vai distribuir R\$ 350 mil em premiações

Mais de 300 conjuntos entrarão na pista da Sociedade Hípica Brasileira, de quinta-feira (28) a domingo, para a disputa da 5ª edição do Concurso de Salto Nacional Santo Antônio, no Rio de Janeiro. A competição vai contar com a presença de alguns dos melhores cavaleiros do país, como o paulista José Roberto Reynoso, que é atleta olímpico e seis vezes campeão brasileiro de Sênior.

O paraibano Raphael Leite (vencedor do Grande Prêmio Santo Antônio em 2025), o mineiro Gabriel Kayan (integrante da Equipe Santo Antônio e vencedor do último Grande Prêmio do CSN de maio, em São Paulo) e atletas representantes da Sociedade Hípica Brasileira, como Thiago Mattos, Tiago Mesquita, Luciana Lossio e Stephanie Macieira – esta última, diretamente da temporada europeia – também estarão na Pista Roberto Marinho ao longo dos quatro dias de competição.

A jovem amazona Victoria Ullmann Beiler Lima, de 14 anos, da Equipe Santo Antônio – campeã estadual mirim (1,20m) e campeã es-



Alguns dos melhores cavaleiros do país estarão na Pista Roberto Marinho

tadual JCA (1,10m), entre outras conquistas – também estará disputando a competição, assim como o jovem cavaleiro João Leivas, outro destaque da nova geração do hipismo brasileiro.

Garantia de alto nível técnico

O concurso – atualmente um dos mais relevantes tecnicamente no calendário hípico brasileiro – vai distribuir R\$ 350 mil em premiações.

Dezesseis provas serão disputadas entre a manhã de quinta-feira e a tarde de domingo. No primeiro dia do concurso nacional, duas competições serão destaque: a Prova FSB Comunicação (1,30m) terá início às 14h. Às 17h será a vez da Prova Dadado Veiga (1,30m), com premiação de R\$ 10 mil. Já na sexta-feira, a principal atração será a Prova Tulio Severo (1,45m), às 17h, que vai distribuir R\$ 25 mil.

No sábado, a partir de 14h, os cavaleiros entrarão na Pista Roberto Marinho para a disputa da Prova Fundação Cesar Morani (1,35m), com premiação de R\$ 15 mil. Às 17h30 terá início o Grande Prêmio Santo Antônio (1,50m, em duas voltas), com os melhores classificados dividindo um prêmio de R\$ 200 mil.

Para domingo, estão programados mais dois destaques: às 13h, a Copa Prata Shopping Leblon (1,30m) terá premiação de R\$ 20 mil;

e, a partir de 15h, haverá a disputa da Copa Ouro BTG Pactual (1,40m), que vai distribuir R\$ 70 mil entre os mais bem colocados.

Happy hour Shopping Leblon

Na sexta-feira, a partir de 19h30, haverá um show gratuito – oferecido pelo Shopping Leblon – com o cantor e compositor Pedro Mahal, considerado uma das novas vozes e promessa da música brasileira, com um repertório que reúne influências do passado e novidades da música contemporânea.

O Concurso de Salto Nacional Santo Antônio tem patrocínio do BTG Pactual, Courelaria Santo Antônio, FSB Comunicação, Shopping Leblon, Fundação Cesar Morani, Ala Solutions e Diferencial.

A competição conta também com o apoio da Alat Horse, Cachaça da Quinta, Giorno Bagno, Injoy Suítes, Jotabê Pizzaria, Maison Du Cavalier, Malta Beef Club, Miss Noir, Pineapple Brand, Revista Esporte Equestre e Ritual Clínica & Spa.

Enem 2026: inscrições para prova começam nesta semana

Etapas do exame serão aplicadas nos dias 8 e 15 de novembro deste ano

Ângelo Miguel/MEC

Desde segunda-feira (25), os estudantes de todo o país podem se inscrever para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), no próprio site do Enem. O prazo de cadastro vai até 5 de junho. As provas serão aplicadas nos dias 8 e 15 de novembro.

A taxa de inscrição, para quem não garantiu a isenção, é R\$ 85; o pagamento deve ser feito até 10 de junho via Pix, cartão de crédito, débito ou boleto. A inscrição somente será confirmada após o processamento do pagamento da taxa de inscrição pelo Banco do Brasil.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), responsável pela aplicação do exame, lembra que, mesmo os candidatos que tiveram o pedido de isenção aprovado, precisam acessar o sistema do Inep para confirmar sua participação no exame. O candidato que teve seu pedido de isenção negado em definitivo ou a justificativa de ausência reprovada deverá se inscrever, conforme regras do edital do Enem 2026.

Para os estudantes que fizeram o pedido de isenção mas ainda não conferiram os resultados, a lista está disponível desde o dia 13 de maio, na Página do Participante do exame, com o login no portal único de serviços digitais do governo federal, o Gov.br. Também já foram disponibilizados os resultados referentes às justificativas dos candidatos da edição de 2025 que não compareceram aos dois dias de prova, mas querem participar da edição de 2026 gratuitamente.



Prazo de inscrições vai até 5 de junho

Inscrição automática

Uma das novidades deste ano prevê que os alunos concluintes do ensino médio da rede pública terão inscrição automática no exame. Os estudantes do 3º ano serão inscritos a partir de dados encaminhados pelas redes de ensino. A Portaria nº 422/2026 prevê a inclusão do exame Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), visando aumentar a participação dos estudantes para uso do Enem no Saeb.

O aluno terá apenas que confirmar a participação no exame e escolher o idioma da prova de língua estrangeira que deseja fazer, informar o município onde quer fazer a prova, além de solicitar recursos de acessibilidade, se necessário.

Mais locais de prova

Para este ano, o Inep estima aumentar para cerca de 10 mil o número de locais de prova em todo o país. Estima-se, conforme o ministério, que 80% dos alunos da rede pública façam as provas na própria escola em que estudam.

O ministério informou que já estuda apoio de transporte e deslocamento para aqueles estudantes que precisarem fazer o exame em outras cidades. Com essas medidas, o MEC espera, pelo menos, que 70% dos concluintes das escolas públicas participem do Enem em 2026, consolidando o exame como parte importante da avaliação da educação básica.

Resultado de recursos já estão disponíveis

O resultado final dos recur-

sos apresentados contra o indeferimento do pedido de isenção da taxa de inscrição para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2026 já está disponível na Página do Participante.

O Inep também divulgou nesta segunda os resultados dos recursos dos participantes do Enem 2025 que justificaram ausência nos dias das provas. Para consultar o resultado final, é preciso entrar com login da conta da plataforma Gov.br.

O Inep alerta que não enviará qualquer tipo de correspondência à residência do participante para informar o resultado da justificativa de ausência no Enem 2025 ou da solicitação de isenção de pagamento da taxa de inscrição no Enem 2026.

Cronograma

- Pagamento da taxa de inscrição: de 25 de maio a 10 de junho
- Solicitação de tratamento por nome social: de 25 de maio a 5 de junho
- Solicitação de atendimento especializado: de 25 de maio a 5 de junho
- Resultado do atendimento especializado: 19 de junho
- Recurso do atendimento especializado: de 22 a 26 de junho
- Resultado do recurso: 3 de julho
- Aplicação das provas: 8 e 15 de novembro

*Com dados da Agência Brasil - reportagem de Daniella Almeida

Enem

O Enem avalia o desempenho escolar dos estudantes ao término da educação básica. A prova é considerada a principal forma de entrada na educação superior, por meio de programas federais como o Sistema de Seleção Unificada (Sisu), o Programa Universidade para Todos (Prouni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). As instituições de ensino públicas e privadas usam os resultados destas provas para selecionar estudantes. Desde o ano passado, o Enem voltou a ser aceito para certificação do ensino médio, no caso dos candidatos com 18 anos completos que alcancem a pontuação mínima em cada área do conhecimento e na redação.

Pagamento do 'Pé-de-Meia' 2026

Rafa Neddermeyer/Agência Brasil

Os estudantes beneficiários do programa Pé-de-Meia de 2026, que atingiram pelo menos 80% de frequência nas aulas entre março e abril começarão a receber, nesta segunda-feira (25) a terceira parcela do incentivo frequência.

O Ministério da Educação (MEC) também poderá pagar as parcelas do incentivo matrícula de 2026 e do incentivo conclusão de 2025 aos estudantes que tiveram as informações sobre suas trajetórias escolares enviadas ou corrigidas pelas redes de ensino onde estão matriculados.

A parcela de maio no valor de R\$ 200 será depositada conforme o mês de nascimento dos estudantes de 14 a 24 anos, que cumprem os requisitos do Pé-de-Meia.

Quem tem direito

A chamada Poupança do Ensino Médio funciona como um instrumento financeiro para incentivar a permanência de jovens nos estudos até a conclusão do ensino médio. Os beneficiados pela iniciativa federal podem consultar os dados sobre os pagamentos na página eletrônica do estudante dentro do site do programa Pé-de-Meia. É necessário fazer com login na conta da plataforma Gov.br.

A participação no Pé-de-Meia ocorre de forma automática para os estudantes que cumprem os requisitos estabelecidos. Entre eles, estar matriculado na rede pública de educação e com inscrições ativas no Cadastro Único

de Programas Sociais do governo federal (CadÚnico).

Este ano, é preciso que as famílias dos estudantes tenham cadastro ativo no CadÚnico até a data-base de 7 de agosto de 2026. A atualização do cadastro do governo tem validade de 24 meses. Também é preciso que a renda familiar seja de até meio salário mínimo por pessoa.

Além disso, os alunos precisam ter entre 14 e 24 anos no ensino médio regular ou entre 19 e 24 anos na educação de jovens e adultos (EJA). O estudante deve ter o número do Cadastro de Pessoa Física (CPF) e manter frequência em pelo menos 80% nas aulas.



Calendário de pagamentos

- nascidos em janeiro e fevereiro: recebem em 25 de maio;
- nascidos em março e abril: recebem em 26 de maio
- nascidos em maio e junho: recebem em 27 de maio
- nascidos em julho e agosto: recebem em 28 de maio
- nascidos em setembro e outubro: recebem em 29 de maio
- nascidos em novembro e dezembro: recebem em 1º de junho